

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Viviane Marques dos Santos

**MEDIAÇÃO DE LEITURA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: MULHERES, SUAS
HISTÓRIAS E A TRANSMISSÃO CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE
RECUPERAÇÃO DA AUTOESTIMA**

Porto Alegre
2020

Viviane Marques dos Santos

Mediação de Leitura e Violência Doméstica: mulheres, suas histórias e a transmissão cultural como instrumento de recuperação da autoestima

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro

Porto Alegre
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Prof^a Dr^a Patrícia Helena Lucas Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a. Karla Maria Müller

Vice Diretora: Prof.^a Dr.^a. Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr.^a. Samile Andréa de Souza Vanz

Chefe Substituta: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Júnior

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^a. Dr.^a. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenador Substituto: Prof^a. Dr.^a. Caterine Graposo Pavão

CIP - Catalogação na Publicação

Marques dos Santos, Viviane
Mediação de leitura e violência doméstica:
mulheres, suas histórias e a transmissão cultural como
instrumento de recuperação da autoestima / Viviane
Marques dos Santos. -- 2020.
78 f.
Orientadora: Eliane Lourdes da Silva Moro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Leitura. 2. Mediação. 3. Biblioteconomia. 4.
Violência Doméstica. 5. Acolhimento. I. Lourdes da
Silva Moro, Eliane, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

CEP: 90035-007

Tel./Fax: (51) 3316-5146 (51) 3308-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Viviane Marques dos Santos

**MEDIAÇÃO DE LEITURA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: MULHERES, SUAS
HISTÓRIAS E A TRANSMISSÃO CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE
RECUPERAÇÃO DA AUTOESTIMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a Dr^a Eliane Lourdes da Silva Moro

Aprovado em 11 de novembro de 2020.

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS (orientadora)

Prof^a. Dra. Jenniffer Alves Cutty
DCI - UFRGS
(examinadora)

Prof^a. Dra. Lizandra Estabel
Instituto Federal de Educação – IFRGS
(examinadora)

AGRADECIMENTOS

Tudo começou com a sugestão da minha ilustre colega do TJRS Carmine Davi Nolasco Rodrigues para que conhecesse o curso de Biblioteconomia. Depois de aprovada no vestibular: a matrícula! Com viagem marcada e sem possibilidade de remarcação, foi a mãe que a vida me deu, Emma Rodrigues, uma senhorinha de 81 anos, que gentilmente realizou minha matrícula na UFRGS. Claro que se cheguei até aqui, minha mãe biológica, que hoje somente balbucia algumas palavras, realizou bem seu trabalho na minha infância. Minha mãe Vera e meu pai Vanolim sempre diziam: estude para ser alguém na vida! Desde que aprendi a ler, procuro ser alguém na vida: alguém melhor... Ao longo dessa caminhada, fui construída pelas mãos e afetos de minhas professoras, minhas verdadeiras heroínas. Jamais esquecerei da Jaciara Nardim, que me ensinou a ler. À querida professora Eliane Moro, a qual no primeiro dia de aula, na disciplina Leitura, Biblioteconomia e Inclusão, conseguiu me despertar para o que de mais importante temos em nossas vidas: família. Das tantas vezes que pensei em largar tudo, foi ela com toda a sua doçura, que sempre teve uma palavra afetuosa para me confortar e dizer: não desista! Amanda, minha filha, que trouxe o colorido a minha vida cinza, transformou meus dias, ressignificou minha existência e me fez entender o real significado do amor incondicional. Que nunca nos falte livros e risos! Minha irmã Ana Flávia e a doce Victória, minha atual parceirinha no mundo encantado de fadas e bruxas. Meu parceiro da Física-UFRGS, o Rodrigão. Ao olho mais azul, meu ex-colega de TJ, hoje Eng^o e Professor Matheus Benincá, pelos livros e nossos cafés filosóficos. Aos fabicanos Fabio Mariano, Laura Leal, Leandro Mag e Rafael Vicente, meus parceiros da CDD ao Tesouro. Às colegas do TJRS, em especial a Fabiana Carvalho (a Fabilinda) que deu luz às loucuras da Fada Joana e me colocou no caminho do Projeto Borboleta. Às magistradas que atuam com a Violência Doméstica, em especial a Dra. Madgéli Frantz Machado. A Psicóloga Ivete Vargas (a Ivetinha) pela sua dedicação às Borboletas. À querida arteterapeuta Glaci, com quem tive o privilégio de unir a arte e a leitura. Claro que ao longo dessa caminhada, tive que contar com o apoio das chefias, então, aquele que fora Diretor do DEAM, Eng.^o Alcimar Arrais, e a que fora Chefe do Núcleo de Inclusão, Cristina Mazuhy, sendo meus chefes, acolheram ao meu horário especial. A ilustre Juíza-Corregedora, Dra. Gioconda Fianco Pitt, por ter me recebido na CEVID-RS.

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra.

Uma outra história.

Michelle Perrot

RESUMO

A partir criação e a vigência da Lei Maria da Penha instituíram-se, nacionalmente, os Juizados da Violência Doméstica e toda a estrutura de atendimento às vítimas de violência doméstica, embora as Delegacias da Mulher tenham nascido anteriormente, e então, os processos relativos à violência doméstica tratados nos Juizados Especiais Criminais. O 1º Juizado da Vara de Violência Doméstica de Porto Alegre iniciou seu trabalho pioneiro com a criação dos grupos reflexivos de gênero, contando com uma equipe multidisciplinar (psicólogos e assistentes sociais) para acolhimento dos envolvidos nos casos de violência doméstica. Diante do crescente aumento de medidas protetivas e, considerando que a leitura exerce um importante papel no desenvolvimento humano, este trabalho visa observar os efeitos da leitura por meio da contação de histórias e a mediação de leitura realizadas no grupo de acolhimento do Projeto Borboleta. Busca, também, evidenciar que o bibliotecário e a função social da Biblioteconomia são importantes ferramentas de trabalho conjunto com a rede de atendimento às vítimas de violência. Destaca-se a importância da leitura e do bibliotecário mediador como agentes de transformação social. Apresenta no cenário do estudo, dentre os personagens partícipes, a participação da pesquisadora, voluntária há dois anos, tendo sua participação contando histórias para o grupo. A natureza da pesquisa desenvolvida é básica, não havendo pretensão em desenvolver uma aplicação prática imediata, será qualitativa, pois tem a finalidade de trabalhar com a subjetividade de cada participante. Trata-se, portanto, de Estudo de Caso, resultante da observação participante. Apresenta as vivências no formato de relatos, e as considerações a partir do que se observou ao longo dos dois anos em que a pesquisadora acompanhou as atividades realizadas nas tardes do encontro de acolhimento.

Palavras-chave: Leitura. Mediação. Biblioteconomia. Violência Doméstica. Acolhimento.

ABSTRACT

From the creation and the effectiveness of the Maria da Penha Law, the Courts of Domestic Violence were instituted nationwide, and the entire structure of assistance to victims of domestic violence, although the Women's Police Stations were born previously, and then the processes related to the domestic violence treated in the Special Criminal Courts. The 1st Court of the Court of Domestic Violence in Porto Alegre started its pioneering work with the creation of reflective gender groups, with a multidisciplinary team (psychologists and social workers) to welcome those involved in cases of domestic violence. In view of the growing increase in protective measures, and, considering that reading is the most important role in human development, this work aims to observe the effects of reading through storytelling and the mediation of reading performed in the host group of the Projeto Borboleta. It also seeks to show that the librarian and the social function of Librarianship are important tools for working together with the service network for victims of violence. The importance of reading and the mediating librarian as agents of social transformation is highlighted. In the study scenario, among the participating characters, the researcher, who has been a volunteer for two years, is part of the project, having her participation telling stories to the group. The nature of the research developed is basic, with no intention of developing an immediate practical application, it will be qualitative, since it aims to work with the subjectivity of each participant. It is, therefore, a Case Study, resulting from participant observation. The experiences in the form of reports will be presented, and at the end considerations from what was observed over the two years in which the researcher followed the activities carried out in the afternoons of the welcoming meeting.

Keywords: Reading. Mediation. Librarianship. Domestic violence. Reception.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo da violência contra a mulher.....	23
Figura 2 - Gráfico da Taxa de homicídios de mulheres dentro e fora das residências.....	24
Figura 3 - Gráfico da evolução da taxa de homicídios femininos por raça/cor.....	25
Figura 4 - Gráfico da Taxa de homicídios por 100 mil mulheres, por UF	25
Figura 5 - Linha Temporal da promulgação de Leis e Convenções de proteção à mulher.....	30
Figura 6 - Colar que a Chapeuzinho ganhou como gesto de agradecimento.....	38
Figura 7 - Preparação da personagem	46
Figura 8 - Medusa dirigido-se ao público da Sala Reservada à vítima.....	48
Figura 9 - Exposição Dando voz à Medusa Interna	49
Figura 10 - Exposição Navegando em águas profundas.....	53
Figura 11 - Exposição Navegando em águas profundas.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

BRAPCI - Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CEDAW - *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

COMAG - Conselho da Magistratura

DTIC - Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Varas de Violência Doméstica

MEC - Ministério da Educação

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

1º JVDFM - 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

RS - Rio Grande do Sul

TJRS - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	MEDIAÇÃO DA LEITURA, CATARSE E TRANSMISSÃO CULTURA.....	15
3	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	21
3.1	O Que é a Violência Doméstica?.....	24
3.2	Quais as Tipos de Violência?.....	25
3.3	O Ciclo da Violência.....	26
4	A LEI MARIA DA PENHA E A CRIAÇÃO DOS JUIZADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	31
5	O NASCIMENTO DO 1º JUIZADO EM PORTO ALEGRE E O PROJETO BORBOLETA.....	35
6	METODOLOGIA DO ESTUDO.....	37
7	CONTEXTO DO ESTUDO.....	40
8	SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
9	COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	44
9.1	Chapeuzinho Vermelho em Dois Tempos.....	44
9.2	A Contadora de Histórias se Transforma em Medusa.....	54
9.3	Marinheiras navegando em águas profundas.....	62
10	RESULTADOS.....	66
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICES.....	75

1 INTRODUÇÃO

Nesta monografia contemplo as observações que realizei ao longo de dois anos em que atuei como voluntária no 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher desempenhando o papel de contadora de histórias, correlacionando a leitura como instrumento de ressignificação da violência. Assim, dentro do Poder Judiciário, uma janela se abriu no horizonte, surgindo uma oportunidade de participar das ações sociais que são desenvolvidas pela instituição. Abracei de corpo e alma os desafios que foram se materializando, e em todas as minhas atuações sempre estive presente com livros. Lugares onde os livros não chegam e a vida ficou cinza pela violência, procurei levar um pouco da magia dos contos de fadas e fiz do livro uma varinha mágica.

O processo de mediar a leitura com mulheres vítimas de violência utilizando a contação de histórias consiste no fio que possibilita a tessitura deste trabalho. Muitas campanhas são veiculadas nos principais meios de comunicação que tratam sobre a violência contra a mulher. Contudo, a violência contra a mulher continua crescendo, basta acessar a página da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de violência doméstica para observar que o número de medidas protetivas expedidas no RS tem um incremento diário, conforme contagem do violentômetro¹. Frequentemente telejornais e programas televisivos trazem o assunto em pauta, mas no meio acadêmico da Biblioteconomia é um assunto pouco debatido. Ao buscar na principal plataforma de pesquisa de artigos científicos voltados à Ciência da Informação a BRACI², recuperei somente sete registros ao indexar no buscador “violência doméstica”.

Torna-se necessário trazer o assunto ao debate, ainda que na forma de um trabalho de conclusão de curso. Espero estar contribuindo para com os futuros profissionais que atuarão em bibliotecas públicas, bibliotecas escolares ou bibliotecas comunitárias, estando em exercício do serviço de referência, pulmão da Biblioteca, possam, de alguma forma, atuar no combate à violência. Em qualquer momento, é possível nos depararmos com uma mulher ou uma criança em situação

11 Violentômetro: contador desenvolvido pelo DTIC/TJRS que realiza a contagem de medidas protetivas expedidas no estado. Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/>

2 https://www.brapci.inf.br/?q=violencia+dom%C3%A9stica&type=1&year_s=1972&year_e=2020

de violência doméstica, e não podemos permanecer apáticos frente a este problema, uma vez que em nosso juramento assumimos o compromisso de “preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”. Precisamos ter o olhar empático e atento. Não apenas promover divulgação de informação que visem o empoderamento feminino no interior da Biblioteca, precisamos transcender a Biblioteca pelas suas paredes e portas, precisamos nos conectar com os demais órgãos da Administração Pública e as parcerias com os Poderes torna-se fundamental e necessário.

Não lemos o mundo somente através dos livros, bem como proferiu ilustremente Paulo Freire “a leitura de mundo precede a leitura da palavra”, e em um país transcontinental como o Brasil, marcado pela desigualdade social, trabalhar a leitura em um ambiente com mulheres que sofreram violência foi uma grande oportunidade que o 1º Juizado me proporcionou. Quais os efeitos da mediação da leitura que pode ser observado em um ambiente com mulheres que sofreram violência doméstica? Esta é a pergunta que buscamos responder diante das observações ao longo desses dois anos em que participei dos encontros realizados nas tardes de terça-feira na sala Multiuso do Foro Central – Prédio1.

Assim, nossa pergunta de pesquisa é: Qual é o papel da mediação de leitura no processo de fortalecimento e desenvolvimento de autoestima, por meio de história oral como instrumento de transmissão cultural, em vítimas de violência doméstica que frequentam o grupo de Acolhimento do 1º Juizado da Vara de Violência Doméstica do Foro Central de Porto Alegre? Assim, busca-se investigar a importância da mediação de leitura, por meio de história oral como instrumento de transmissão cultural, para as mulheres vítimas de violência doméstica que frequentam o grupo de Acolhimento, onde será observada a percepção das mulheres no processo de mediação leitura e contexto de vida, e vamos também avaliar a contribuição das leituras realizadas nas atividades culturais como instrumento de recuperação da autoestima e de empoderamento feminino.

Este trabalho é dividido em seções onde abordamos sobre a violência doméstica, seus tipos e fases do ciclo da violência. Apresentamos um breve apanhado do cenário jurídico, as principais leis e resoluções, como os direitos humanos das mulheres nasceram no âmbito mundial até o nascimento dos Juizados. Descrevemos brevemente aspectos pertinentes à leitura, catarse e

transmissão cultural e os relatos observacionais das tardes em que participamos de atividades com o Grupo de Acolhimento. Elencados ao longo deste trabalho, importantes Leis e Convenções que trouxeram grandes mudanças para as mulheres, bem como registramos um breve histórico de como estes novos dispositivos permitiram a criação dos Juizados da Violência Doméstica no RS. Entender a violência doméstica, desde o histórico de disputa de poderes entre homem e mulher, utilizamos o arcabouço teórico de Scott (1995), Bourdieu (2009), Perrot (2017). Para demonstrar a importância da leitura, seus efeitos e entendermos o processo de transmissão cultural entre mulheres vítimas de violência doméstica são os autores Petit (2009), Castrillón (2011) não prescindindo o contexto histórico do livro e da leitura, ainda que de forma breve.

Finalmente, correlacionamos nossas observações com a leitura, onde procuramos contemplar possibilidades futuras de continuidade dos estudos, sejam utilizando a leitura como política pública voltada para o combate à violência ou fortalecimento das mulheres vítimas de violência, e também reeducação de homens, afinal a luta feminista não é uma disputa de forças e nem hierárquica, e sim uma luta por igualdade, nenhum acima do outro. Tudo depende de como lemos o mundo. Tudo é leitura. Por mais bibliotecários militantes pela Biblioteconomia Social.

2 MEDIAÇÃO DA LEITURA, CATARSE E TRANSMISSÃO CULTURAL

Para falar em mediação de leitura e transmissão cultural abordamos como ponto de partida o contexto histórico da leitura e escrita. Desde a antiguidade o homem apresenta a característica de registrar suas observações em relação ao ambiente que o cerca. Um dos achados que comprovam esse anseio são as pinturas rupestres no interior de cavernas, forma de comunicação representadas através de figuras (pictogramas) pelo homem pré-histórico. Das pinturas aos tabletes de argila, as possíveis hipóteses para a origem da escrita podem ser de origem religiosa, política, literária e administrativa, onde todas têm basicamente a mesma finalidade: registro de memória e transmissão cultural, embora a oralidade “era desfrutada por todos, aglutinando assim, o pensamento social do povo”. (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 43).

Uma vez que a escrita ainda não estava disseminada nas sociedades pré-históricas foram produzidas e transmitidas inúmeras narrativas orais, estruturando-se a partir de valores e categorias da visão de mundo dos seus principais grupos sociais. (FREIRE, 2006, p. 7). Zilberman (2008), ao estudar a leitura através da história da literatura traz que desde a Poética de Aristóteles, filósofo e também médico, ao definir poesia enquanto mimesis reconheceu que a representação de ações humanas provoca um efeito sobre o público, facultando ao ser humano experimentar emoções intensas, ao mesmo tempo expurgando-as e purificando-as, denominando este processo de catarse. Os efeitos da tragédia, gênero de poesia dramática, observados pelo filósofo, conforme destaca Almeida (2010), a partir da encenação dramática como ritual fármaco-espiritual, permitia aos presentes entender seus conflitos, expulsar suas dores e encontrar a serenidade de espírito.

Da oralidade para a escrita, séculos se passaram. O primeiro alfabeto tradicionalmente pode ser atribuídos aos fenícios, que o criaram “com o objetivo de ampliar e conservar o comércio” (BERWANGER; LEAL, 2015, p. 48), sendo portanto considerado “um dos maiores acontecimentos do progresso humano, pois permitiu a universalização do pensamento escrito” (BERWANGER; LEAL, 2015, p. 51). Assim, a partir do século III d.C. é que se estabelece a leitura silenciosa, e todo esse cenário cultural que envolvia a leitura era restrito às classes abastadas. (ZILBERMAN, 2008). Da origem da escrita à ascensão do império romano e o estabelecimento do cristianismo como religião vigente, difundiu-se o alfabeto latino

no ocidente e o latim torna-se a língua literária universal, onde todas as obras científicas e filosóficas, inclusive a Bíblia, eram escritas em latim, língua oficial da Igreja. (BERWANGER; LEAL, 2015, p. 56).

A Idade Média é marcada pela predominância das bibliotecas monásticas e o surgimento as primeiras universidades, tendo o ingresso reservado somente aos homens. No exercício do seu poder, por séculos, a Igreja trancafiou e censurou livros que contrariassem suas normas, e a leitura passa a se tornar uma espécie de ameaça ao poder clérigo. Segundo Zilberman (2008) o papa Pio IV, como reação à expansão da imprensa, publicou em 1564 o *Index Librorum Prohibitorum*, uma relação de livros proibidos. Com a invenção da imprensa de Gutenberg, o desenvolvimento da tipografia, surgiu uma transformação no acesso aos livros em virtude do progresso tecnológico, rompendo-se o monopólio da Igreja frente à produção editorial. (ORTEGA, 2004). A imprensa de Gutenberg foi um marco na produção de livros, entretanto, não eram todos os que tinham acesso em virtude do valor. Evidente que a relação comercial que se estabelece com o livro acaba atribuindo um valor utilitário à leitura, como afirma Castrillón (2011, p. 54) “luxo de elites”, e ainda, segundo Zilberman (2008, p.89) “os livros podem desencaminhar ingênuas donzelas, subverter a ordem e ameaçar valores patriarcais”.

No ano de 1695 foi impresso o livro “Contos da Mamãe Gansa”, de Charles Perrault. Os contos, nascidos no campo, primeiramente contados entre adultos em tabernas, são recontados até hoje, e “passam a constituir um poderoso legado cultural transmitido de geração em geração”. (TATAR, 2013, p.9). Amizade, amor, coragem, lealdade, são alguns valores que são transmitidos pelos clássicos da literatura infantil, e também assuntos de maior complexidade como medo, abandono, morte. O fato é que ouvidos da infância, reverberam a vida adulta, tanto é que são utilizados por psicanalistas em sessões de terapia como instrumento para reflexão sobre os dramas contidos nas histórias. Essa transmissão cultural dada pela experiência de ouvirmos uma história por alguém que nos é familiar, seja, mãe, pai ou avós são os alicerces da nossa construção para o mundo adulto. Para Almeida (2010, p.79) “as fábulas, lidas ou contadas, com seus ensinamentos éticos e as conclusões de ordem moral, estimuladas pelo imaginário popular, permitem a construção social do mundo civilizado.”

A transmissão cultural através da leitura permite nos aproximarmos do mundo, nos sentirmos pertencentes permitindo uma melhor consciência sobre nossa

fragilidade.

...o sentido da transmissão cultural é ajudar cada pessoa a não ter medo de ser precipitada em um abismo no fim do mundo, mesmo sabendo que esse não tem a forma de um prato. Fazer com que o mundo esteja alinhado a despeito da fragilidade de nossa condição, das loucuras múltiplas com as quais nos confrontamos dia após dia na mídia, na escola, no trabalho, em nossa família ou nos nossos pensamentos. Forjar uma arte de viver. (PETIT, 2009, p.35).

Do passado ao presente, o acesso aos livros e à leitura, conforme observamos ao longo da história, não foi igualitário entre as classes. Da destruição da biblioteca de Alexandria até a queima de livros em praça pública na Alemanha nazista, livros são considerados subversivos. O próprio projeto de leitura do Ministério da Educação (MEC), Conta para mim³, que vem com a reedição dos contos de fadas, alterando o conteúdo de forma a tornar “mais leve” o conteúdo. A censura em governos autoritários sempre esteve presente na história, indo contra o processo de desenvolvimento do pensamento crítico que se desenvolve com a prática leitora, indo na contramão do desenvolvimento humano.

Para Castrillón (2011, p. 16) a leitura é “um direito histórico e cultural e, portanto, político, que deve situar-se no contexto em que ocorre”, o efetivo exercício da democracia impõe que os cidadãos estejam bem informados, eis a necessidade de formação de mediadores e leitores.

...uma formação que permita aos cidadãos agir como tais, capazes de intervir de maneira eficaz nos destinos de sua comunidade, de sua cidade, de seu país, e, ao mesmo tempo, conhecer acontecimentos mundiais e deles participar especialmente quando estes, num mundo globalizado, afetam seu futuro. (CASTRILLÓN, 2011, p.37).

Cidadãos mais bem preparados para processos democráticos e partícipes da política, melhor se constroem quando em pleno domínio das práticas leitoras. Segundo última avaliação da PISA⁴, publicada em dezembro de 2019, o Brasil ocupa a 57ª posição no *ranking* da leitura, e desde o ano de 2000 flutua nessa posição. Não somos um país de leitores. Essa deficiência, prejudica sobremaneira o pleno exercício de direitos, principalmente para as mulheres, as quais historicamente são delegadas às atividades de cuidadoras ou de menor prestígio, sujeitas à dominação masculina.

3 Matéria constante em <https://biblioo.info/projeto-de-alfabetizacao-do-mec-expoe-face-autoritaria-em-curso-no-pais-diz-manifesto/>

4 Matéria Publicada na Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/brasil-e-57o-do-mundo-em-ranking-de-educacao-veja-evolucao-no-pisa-desde-2000.shtml>

Dentro dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, acabando-se com todas as formas de discriminação, eliminando-se todas as formas de violência contra mulheres e meninas, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Assim, a leitura pode ser utilizada tanto como um instrumento de enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

Ferreira e Cortes (2017) publicaram um estudo referente ao olhar dos estudantes de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFP) sobre a violência contra a mulher. Os resultados da pesquisa qualitativa realizados através de uma entrevista com alunos do curso de Biblioteconomia evidenciaram a necessidade de abordagem da discussão de gênero e da violência doméstica, bem como destacam Silva e Cortes (2017, p.28):

...é importante refletir sobre a ação de bibliotecários no que concerne a temática da violência das mulheres. Bibliotecários como agentes mediadores/as da informação, podem fomentar práticas informacionais nas bibliotecas e demais ambientes organizacionais, como por exemplo utilizar ferramentas tecnológicas para disseminar acervo referente à igualdade de gênero, divulgar produções literárias, teóricas e artísticas desenvolvidas por mulheres, criar ações culturais.

Das categorias relativas ao modo de como a leitura pode promover o empoderamento das mulheres apontadas pelos alunos na pesquisa de Ferreira e Cortes (2017), além do fundamental papel que o bibliotecário tem em permitir a acessibilidade da informação, destaca-se o fortalecimento da autoestima, configurando assim a promoção de qualidade de vida e bem estar, item também previsto na Agenda 2030, sendo o Objetivo 3, “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, e para Petit (2009, p.43):

Ler talvez sirva antes de tudo para elaborar um sentido, dar forma a sua experiência, ou a seu lado escuro, sua verdade interior, secreta; para criar uma margem de manobra, ser um pouco mais sujeito de sua história; por vezes, para consertar algo que quebrou na relação com essa história ou na relação como o outro; para abrir um caminho até os territórios do devaneio, sem os quais não existe pensamento nem criatividade.

Petit é antropóloga, e um dos maiores nomes em pesquisa da leitura.

Acompanhou crianças e jovens pelo mundo inteiro, em países de grandes desigualdades sociais e adversidades, observou o poder restaurador da leitura. Seus estudos não deixam dúvidas sobre a importância do livro para o desenvolvimento de sociedades livres e democráticas. Não apenas para o desenvolvimento social devemos utilizar a leitura, visto que ela também tem um poder restaurador sobre a alma humana em sofrimento:

Mesmo para os que foram gravemente feridos, uma história, uma metáfora poética oferece, às vezes, sob uma forma distinta, um eco dos que viveram e não puderam pensar por conta própria, suscitando um movimento psíquico. (PETIT, 2009, p.70).

De forma a fazer um bom uso dessa movimentação psíquica proporcionada pela leitura, promovendo bem estar e buscando o restabelecimento da autoestima da mulher que sofreu violência doméstica é que se propõe a mediação de leitura, parafraseando Almeida (2010, p.79) “Com o uso corajoso da palavra, a literatura é catártica por excelência. Nas entrelinhas romanceadas entende-se a humanidade do ser.” Assim, mediar textos que colaborem com o pensamento reflexivo de forma a permitir que um novo horizonte seja viável é a meta que se objetiva dentro do devir do bibliotecário mediador.

A leitura, quando utilizada em ambiente hospitalar, ou até mesmo em alguns consultórios psicanalistas, quando sistematizada de forma a fazer com que o indivíduo, ou até mesmo grupos de indivíduos, se beneficiem dela como suplemento terapêutico à cura medicinal ou psiquiátrica pode ser denominada Biblioterapia. Segundo Petit, esta prática tem origens na América do Norte, Europa do Norte e Rússia. Assim, a leitura em um cenário com vítimas de violência doméstica é uma excelente prática a ser implementada considerando os benefícios que proporciona. Contudo, para que seja efetiva, bem como considerando a vulnerabilidade das mulheres, é imprescindível que o trabalho seja realizado em conjunto com a equipe de psicólogos, conforme destaca Petit (2010, p.131): “Um intercessor cultural não pode substituir um profissional do sofrimento psíquico.”

Mulheres vítimas de violência doméstica vivenciam crise e adversidade. Petit (2010) a partir de sua experiência com leitura no recente período da guerrilha na Colômbia, observou que na crise há a perda de sentimento de pertencimento, afrouxamento dos vínculos e deterioração das solidariedades e ainda:

A adversidade pode também acarretar uma desconfiança generalizada, sentimentos de perseguição. Todas as feridas são

mais vivas quando a fragilização dos vínculos sociais do indivíduo é acompanhada de uma desvinculação de sua história, de sua cultura, da perda de lugares familiares e de uma errância, como para tantos homens, mulheres e crianças deslocados. (PETIT, 2010, p. 141).

Nada é mais adverso na vida de uma mulher do que ser vítima de violência do homem que ama. Ser abandonada e julgada pelos seus familiares, sentindo-se culpada pela escolha que fez. Na violência doméstica, o príncipe vira sapo, e não o contrário. Evidente que não podemos reduzir o autor da agressão à algoz de forma a ser linchado socialmente, há que se transformar a leitura de mundo dos dois indivíduos, e parafraseando o grande educador Paulo Freire (1987, p.20) “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura de mundo mas por uma certa forma descrevê-lo ou de reescrevê-lo”. É urgente reescrever um mundo em que homens e mulheres são iguais e vivem harmonicamente.

3 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

No contexto familiar, independente de classe social ou escolaridade, a violência contra a mulher pode ser uma realidade materializada a qualquer momento, pois trata-se um fenômeno que se constitui a partir da desigualdade de gênero (LUCENA, et al.). Enquanto nascemos com sexo biológico, a sexualidade e o gênero são construtos sociais, conforme estudos de gênero realizados pela historiadora Joan Scott. (1995). A definição de gênero implica em observar os papéis que cabem ao masculino e feminino ao longo da história. São três tentativas possíveis para realizar historicamente o gênero, segundo SCOTT (1995, p.75):

A primeira, uma tentativa inteiramente feministas, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (object-relation theories), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Nas origens do patriarcado a historiadora afirma que a explicação para a subordinação da mulher ao homem deve-se ao exercício da dominação masculina correlacionando a questão da reprodução da espécie, atribuindo-se a origem do patriarcado na reprodução da espécie. Entretanto novas vertentes, e com as ideias de Marx e as relações de trabalho, surge a questão da sexualidade, onde a objetificação sexual está diretamente relacionada com a questão de consumo/produto. Assim, sexualidade, gênero e trabalho estão interligados nas relações sociais entre homens e mulheres. Com o surgimento da teoria psicanalítica, o estruturalismo surge os questionamentos frente à linguagem e Jacques Lacan, o qual defendia, “o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito; ademais, é o lugar da divisão sexual e, por esta razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito "generificado". (SCOTT, 1995, p.81).

Scott (1995) ainda estabelece duas proposições para o estabelecimento do gênero: uma o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, a outra o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Perrot (2017) é uma historiadora feminista que voltou a sua atenção aos sujeitos excluídos da história, ou seja, partindo da perspectiva das relações de poder, onde:

Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos. (PERROT, 2017, p.187).

A mãe, cabe a casa e tudo o que for inerente ao privado e doméstico. Ao pai, o papel principal, provedor, sai de casa para trabalhar. Em meio ao séc. XIX, os pais, operários, não tinham um salário que lhes permitissem sobreviver, então as mulheres complementavam a renda lavando roupas para fora. Mesmo somando as misérias, muitas vezes faltava o pão e o dinheiro para o aluguel, cabendo à mulher o gestão do orçamento doméstico. Eram nos grandes lavadouros que entre elas questionaram o poder e a dificuldade e, portanto, começam os primeiros movimentos sindicais, por melhores condições de trabalho. Assim, tipicamente o papel dos lavadouros são locais de transmissão cultural:

Local de intensas trocas, de trabalho e de prazer, o lavadouro também é um local de solidariedade e ajuda mútua: aí se trocam receitas, os endereços úteis (as parteiras discretas), faz-se a coleta para a mulher em dificuldades, seduzida ou abandonada. As mães solteiras, um tanto rejeitadas dentro da sociedade, encontram uma certa proteção nessas comunidades de mulheres, a quem o hábito da infelicidade torna compreensivas. (PERROT, 2017, p.244).

Grande escola da vida cotidiana, o lavadouro pode se comparar ao moderno coletivo de mulheres. Através da formação de lideranças e da participação na política da mulher, mudanças podem ser promovidas. O grupo de Acolhimento, por excelência, é um local onde intensas trocas acontecem, como uma fraternidade de mulheres que buscam a superação do trauma da violência.

Da literatura, incontáveis são os clássicos literários que abordam a mulher como um sujeito sem direitos. A paixão de Karenina de Tolstói pelo soldado russo, implica em sua expulsão de casa pelo marido, um homem de grande poder e riqueza, o qual a impede de visitar o seu filho, como punição pelo seu adultério. Bentinho de Machado de Assis, duvida da altiva Capitu, e questiona sua

paternidade, pois vê traços de Ezequiel em seu filho, bem como a Madame Bovary, de Flaubert, entediada com o seu casamento busca na relação extraconjugal um pouco de vitalidade. Vários clássicos expõe a figura feminina como a volúvel, impetuosa e infiel.

A literatura nos permite leituras sobre relações abusivas, já a sociologia nos permite uma análise mais profunda dos dispositivos que estabelecem as relações de poder entre homem e mulher. No que concerne a ordem social entre os gêneros masculino e feminino, para Bourdieu (2019, p.24):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que vise legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça...

O tecido social é tramado a partir da visão androcêntrica e valida o exercício da dominação masculina contra as mulheres a todo o instante. E nós mulheres, por sua vez, a legitimamos. É esta lógica de dominação do homem sobre a mulher que ao longo da história reafirma a força impositiva do patriarcado, embora com o fortalecimento do movimento feminista já tenhamos conquistado alguns parcos avanços.

A violência simbólica, conceito profundamente discutido por Bourdieu (2019), se revela na sutileza dos comentários que muitas vezes ouvimos de nossos colegas no trabalho, sejam homens ou mulheres, expressões como “tu é bem mulherzinha” no momento em que o receptor da mensagem apresenta algum receio, ou ainda “caprichou no visual, vai pedir aumento para o chefe”, como se a boa aparência fosse objeto de sedução, reforçando-se assim o estereótipo de gênero.

Dentro dessa discussão de papéis, podemos trazer a virilidade do homem perante a sociedade. Como forma de afirmação, e para preservação de sua moral perante outros homens, muitos justificam a agressão por terem sido traídos, ou justificam sua infidelidade pelo simples fato de serem homens, e que faz parte do comportamento masculino a busca por relações extraconjugais. Direitos que só a eles, onde a mulher que venha a realizar tal conduta, a qual seria imoral, justificaria, portanto, a violência sofrida:

A virilidade entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga. Em oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando glória e distinção na esfera pública. (BOURDIEU, 2019, p. 89).

Desde pequenos, os meninos são incentivados a terem várias namoradas. O próprio brincar, atividade lúdica, estabelece a separação de brinquedos conforme sexo. As meninas desde seu nascimento ganham bonecas e panelinhas, portanto, serão as cuidadoras. Os meninos ficam com os carrinhos, desde cedo são incentivados a prática desportiva, ganham bolas, e ainda se fabrica brinquedos de caráter bélico, como armas, espadas e escudos. Nossas crianças, que desde a mais tenra idade, são treinadas a fazer distinção entre masculino e feminino, determinando o rosa para as mulheres que são frágeis e delicadas, e o azul para o forte e desbravador guerreiro.

3.1 O Que é a Violência Doméstica

Contextualizados historicamente e sociologicamente os conceitos que estabelecem a dominação masculina, e os diferentes papéis atribuídos ao homem e a mulher, é no regramento jurídico que buscaremos a definição legal para violência doméstica. O artigo 5º da Lei 11.390/2006 definiu:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. (Brasil, 2006).

Observamos que o legislador se preocupou em delimitar o âmbito em que se materializa a violência, no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, na comunidade, unidos por laços ou afinidade e quaisquer modalidades de relações íntimas de afeto, conforme estabelece os incisos do Art. 5º da Lei 11.390/2006 :

- I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (Brasil, 2006).

3.2 Quais as Tipos de Violência?

A Lei 11.390/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, classificou em cinco diferentes tipos de violência:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Dos cinco tipos contemplados na norma, somente a violência física é mais visível aos olhos. Muitas campanhas publicitárias usam imagens de mulheres machucadas como forma de chamar a atenção para o problema. Contudo, as outras tipologias acontecem a todo o momento e em todos os lugares, principalmente a violência psicológica e a moral presentes nos relacionamentos abusivos e, portanto,

é necessário entender as consequências sofridas, como destacam LUCENA. et al (2016, p. 2):

Problemas como hipertensão arterial, doenças cardíacas, transtornos da ansiedade, distúrbios do sono e alimentação, depressão, stress, acidente vascular encefálico, paralisia facial, e comprometimentos da sexualidade.

Muitos casos de violência doméstica chegam primeiramente aos serviços de saúde assim, podemos enquadrar também como um problema de saúde pública. É imperioso que o profissional de saúde dê a devida importância, não visibilizando o problema, por isso a Lei 10.778/2003 vem estabelecer a notificação compulsória para casos de Violência Doméstica em mulheres atendidas nos serviços de saúde.

3.3 O Ciclo da Violência

Um conceito muito utilizado em materiais educativos para a conscientização principalmente de mulheres em situação de violência doméstica é o conceito do ciclo da violência desenvolvido em 1979 pela Dra. Lenora E.D. Walker, atualmente Diretora do *Domestic Violence Institute*, localizado na Flórida (EUA). Formada em psicologia, especialista no trabalho com mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. A partir de relatos sobre a agressão sofrida pelas mulheres vítimas de violência, WALKER (1979) observou a existência de padrões, onde três fases no evento de violência se concretizavam e voltavam a se repetir, sendo cada vez mais intensa a agressão sofrida. Assim, o ciclo da violência pode ser representado a partir da Figura 1:

Figura 1 – Ciclo da violência contra a mulher



Fonte: Santos (2019)

Fase 1 - Aumento da tensão acompanhado da sensação de perigo

O agressor tomado por grande hostilidade, qualquer perturbação externa pode induzir a acessos de raiva. A mulher, que normalmente tenta esconder a situação dos familiares e amigos, procura sempre reestabelecer a paz. Podendo durar dias ou anos, a mulher se culpabiliza pela situação, pois é frequentemente humilhada. Como a tensão é crescente, a probabilidade é grande para que tenha um salto para a próxima fase.

Fase 2 – Ato de violência ou incidente agudo de espancamento

Tomado pelo descontrole, a explosão do agressor implica na concretização do ato de violência. A mulher tem consciência do descontrole do agressor que pode concretizar uma ação destrutiva, mas o medo a paralisa de forma a deixá-la sem reação. A saúde psíquica da mulher, já bastante fragilizada, sofrendo de grande tensão psicológica apresenta sintomas como ansiedade, insônia, já não vive com qualidade, tem sentimento de vergonha, medo, solidão. Nesta fase pode e deve pedir auxílio e sair da relação. Muitas vezes há o distanciamento do agressor, mas o sentimento de afeto é mais forte e passamos a próxima fase.

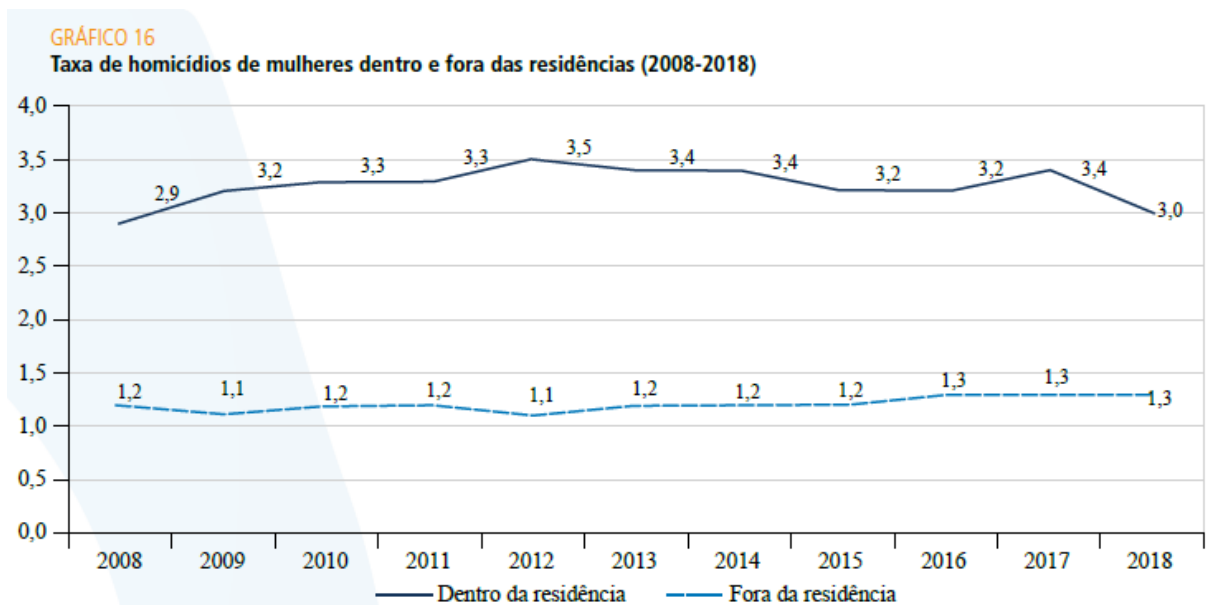
Fase 3 – Arrependimento ou contrição amorosa

Também conhecida como a “fase da lua de mel”, o agressor pede perdão e muda totalmente seu comportamento, afirmando-se arrependido. Fase de enorme conflito interno para a mulher, a qual em virtude das pressões sociais e medo da solidão, ou ainda no caso de ter filhos volta seu pensamento a criança e o seu “dever” em manter uma família feliz, bem como questões patrimoniais e financeiras entram em jogo, e o homem se vale de seu poder. Para minimizar os danos o casal retoma o relacionamento, onde inicialmente parece que a situação está controlada, e a vida feliz será consagrada, mas novamente a tensão surge e o ciclo retorna a fase 1, com uma amplitude ainda maior na explosão da violência podendo acabar em feminicídio.

O entendimento desse ciclo pelas mulheres em situação de violência é fundamental, onde o seu rompimento deve acontecer antes de atingir o ponto máximo, e assim se configure uma agressão mais grave ou até mesmo o

feminicídio. Segundo o Atlas da Violência de 2020, produzido pelo IPEA, no Brasil, a cada duas horas uma mulher foi assassinada no ano de 2018. Foi no ano de 2015 que o Brasil tipificou o feminicídio através da Lei nº13.104/2015 como o crime de homicídio de mulheres no contexto de violência doméstica e familiar ou decorrente da discriminação pela condição de ser mulher. (Figuras 2, 3 e 4). Assim o mapa contendo as taxas para homicídios dentro e fora da residência segundo Atlas da Violência de 2020 evidencia que grande parte dos homicídios de mulher ocorrem dentro de casa:

Figura 2: Gráfico da Taxa de homicídios de mulheres dentro e fora das residências



Fonte: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.

Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

Obs.: 1. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

2. O local do incidente foi obtido a partir do terceiro dígito da causa base do óbito.

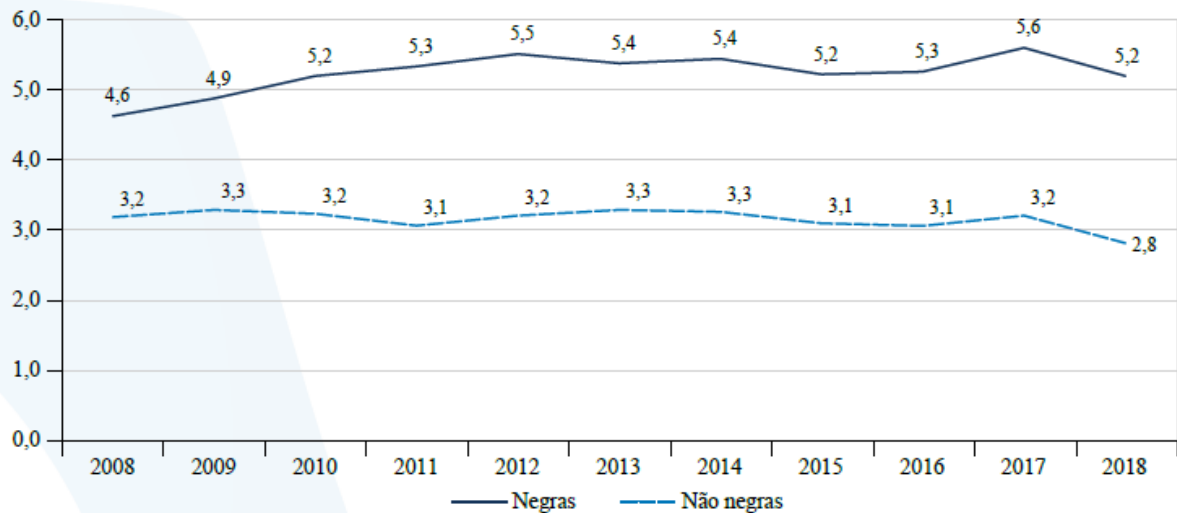
Fonte: Atlas da Violência 2020. IPEA

A seguir, colacionamos o gráfico constante no Mapa da Violência de 2020 (Figura 3) que contém a taxa de homicídio de mulheres a cada 100 mil habitantes, sendo Roraima o estado com a maior taxa, e o Rio Grande do Sul apresenta uma taxa próxima a taxa nacional:

Figura 3: Gráfico da evolução da taxa de homicídios femininos por raça/cor

GRÁFICO 14

Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2008-2018)



Fontes: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.

Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

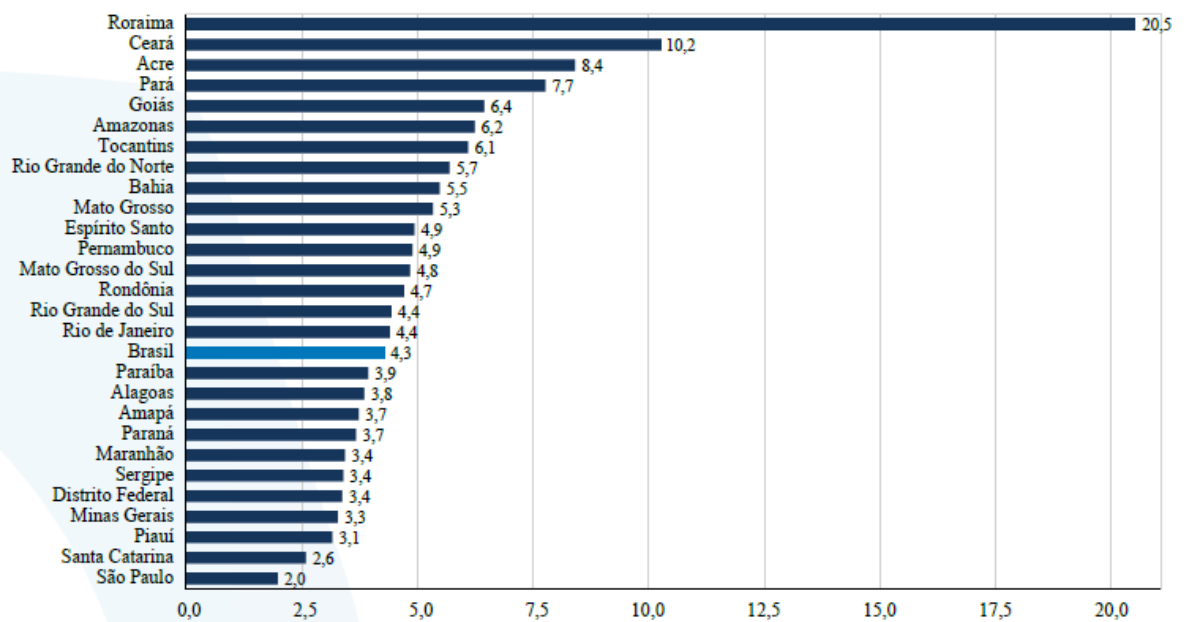
Obs.: 1. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.
2. Aqui, agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, denominando de "negras" as somas de pretas e pardas e "não negras" a soma de brancas, amarelas e indígenas.

Fonte: Atlas da Violência 2020. IPEA

Figura 4: Gráfico taxa de homicídios femininos por estado

GRÁFICO 11

Taxa de homicídios por 100 mil mulheres, por UF (2018)



Fonte: Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica/IBGE e SIM/MS.

Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

Obs.: O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Fonte: Atlas da Violência 2020. IPEA

As mulheres negras, apresentam a maior taxa de homicídios. Os Estados de maior valor percentual de homicídios de mulheres negras são Alagoas (94,8%), Ceará (90,1%) e Maranhão (90,8%). NO XII FONAVID, que teve início em 20 de outubro, a presidente, Magistrada Jaqueline Machado, em entrevista ao CNJ, informou que no ano de 2018, foram notificados 145.000 casos de mulheres agredidas no Brasil, igualando-se ao número de mortos pela COVID-19. A violência contra a mulher que também é um problema de saúde pública, se iguala à pandemia. O século XXI se caracteriza, portanto, em duas pandemias.

4 LEI MARIA DA PENHA E A CRIAÇÃO DOS JUIZADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A dominação masculina também reflete seus efeitos no tocante aos direitos civis, políticos, sociais, coletivos e humanitários das mulheres. Foi no ano de 1824 que se iniciaram as discussões sobre o voto feminino, conhecido como o Movimento das Sufragistas. No Código Civil de 1916, o casamento indissolúvel só poderia vir a ser anulável do caso de a mulher não ser mais virgem. Após casada, era considerada relativamente incapaz, não tendo o direito de votar. Foi graças ao movimento feminista e as discussões sobre direitos humanos das mulheres que começaram a traçar novos horizontes.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, publicada em 22 de novembro de 1969, também conhecido como Pacto de San José da Costa Rica é o primeiro dispositivo a reconhecer os direitos fundamentais da pessoa humana, os quais devem ser invioláveis. Celebrado entre os integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) seu principal legado é a criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, responsável por avaliar os casos de violação de direitos nos países signatários. Somente no ano de 1992 é que o Brasil torna esse documento válido no ordenamento jurídico interno, a partir do Decreto 678 de 6 de novembro de 1992.

Em 18 de dezembro de 1979 é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, conhecida como CEDAW (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*), consiste na Declaração Universal dos Direitos das Mulheres, passando a vigorar a partir do ano de 1981.

Promulgada no Brasil a partir do Decreto 89.460 de 20 de março de 1984, com ressalvas aos artigos 15 parágrafo 4º, que trata da questão da escolha de residência e domicílio, e o artigo 16, parágrafo primeiro, alíneas (a), (c), (g) e (h) que tratam dos direitos e responsabilidades ao contrair matrimônio e a questão da escolha só sobrenome, profissão e ocupação, pois conforme o Estatuto da Mulher Casada de 1962 era necessário autorização do marido para que pudesse trabalhar.

Esta convenção trouxe importantes aspectos para a vida social, política e garantia de direitos para as mulheres. Igualdade de emprego e licença-maternidade, participação da mulher na política, assistência gratuita ao parto e demais garantias

necessárias a que se garanta a não discriminação ou restrição baseada no sexo. Foi aceita na sua totalidade a partir do Decreto Nº 4.377 de 13 de setembro de 2002. Importante destacar que foi no ano de 1985 que foram criadas as Delegacias da Mulher.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, Erradicar a Violência Contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará, foi aprovada em 1994 em Assembleia Geral da OEA. Resultado da luta das mulheres engajadas com a luta feminista que ganhou destaque nos anos 80, uma vez que os índices de violência contra a mulher pelos seus parceiros era uma crescente. A convenção torna-se um marco na garantia de direitos e passou a tratar a violência contra a mulher como um problema generalizado, destacando em seu artigo primeiro:

...deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. (Convenção de Belém do Pará).

No ano de 1995 a Lei Nº 9.099 de 26 de novembro de 1995 regulamentou a criação dos Juizados Especiais Criminais, voltados para o atendimento de ações criminais que contemplassem penas mais brandas, onde o réu apresentasse baixa periculosidade, e casos de violência contra a mulher. Merece também destaque que o Código Penal previa que crimes sexuais eram considerados crimes contra os costumes, e caso o homem viesse a contrair matrimônio, não seria punido. Outro importante dispositivo legal que merece ser destacado é a Lei Nº 10.778/2003 que estabelece a notificação compulsória, nos casos de violência doméstica em mulheres atendidas nos serviços de saúde.

A Lei Nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, é resultado da luta incansável da farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes, a qual sofreu duas tentativas de homicídio, e em virtude das agressões, ficou paraplégica. e por isso a lei recebeu seu nome em sua homenagem. Diante da falta de resposta por parte das autoridades brasileiras, foi necessário o ingresso junto de uma ação judicial junto à Corte Judicial Internacional, pois o Brasil, que era signatário desde 2003 do Pacto de San José da Costa Rica, engatinhava no desenvolvimento de políticas efetivas de erradicação da violência contra a mulher.

Não obstante, a Lei Maria da Penha não tem caráter meramente punitivo,

também tem o objetivo de prevenção da violência doméstica, proteção e assistência, para vítimas e seus dependentes, como também para o agressor, a fim de se quebrar o ciclo da violência, estando previstas medidas socioeducativas para os agressores, como se pode observar no Artigo 22, inciso IV:

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

VI – Comparecimento do agressor a programas de recuperação e educação (Brasil, 2006)

Assim, a Lei alinha-se com a Convenção dos Direitos Humanos e reconhece a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos, e vem ao encontro da promoção da mudança social sobre os valores que naturalizam a violência contra a mulher, através da proposta de desenvolvimento de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, criando serviços específicos na rede pública para o atendimento da mulher, como os Centros de Referência no atendimento à Mulher e as Casas Abrigo.

Outro marco importante da Lei que merece ser destacado é a Medida Protetiva. Regulamentada nos Artigos 22, 23 e 24, a medida protetiva de urgência é concedida pelo Juiz (a) com o objetivo de evitar o agravamento da violência e afastar o agressor. As medidas podem ser requeridas no momento do registro da ocorrência na delegacia junto à autoridade policial e em até 48 horas a autoridade policial deverá encaminhar ao Juiz (a), que deverá decidir em igual prazo. Ainda, poderá ser requerida pela Defensoria Pública ou advogado constituído pelo Ministério Público, não havendo necessidade de a vítima contratar um advogado, ela também pode solicitar a medida, independente de registro policial, devendo ir diretamente ao Plantão da Comarca em que residir.

A Lei Nº 13.104/2015, nasce para alterar o Código Penal, vigorando o Artigo 121 com a tipificação penal para o feminicídio, que é a resultante morte violenta de mulheres por razões da condição do sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. É também tipificado como um crime hediondo, não havendo, portanto, a possibilidade de anistia, graça e indulto, bem como é inafiançável.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha e sua vigência, surgiu a

discussão frente à sua validade constitucional, uma vez que já está previsto na Constituição Federal Brasileira, no capítulo referente aos Direitos e Garantias Fundamentais que homens e mulheres são iguais perante a Lei. Ora, ao longo da história e pela própria formação da sociedade brasileira é composta de uma grande parcela de vulneráveis, logo é fundamental que o Estado implemente ações afirmativas, tal como já acontece com crianças, idosos, deficientes, entre outros. Ações afirmativas são fundamentais para a garantia de direitos e inclusão de milhares que ao longo da história são excluídos.

5 O NASCIMENTO DO 1º JUIZADO EM PORTO ALEGRE E O PROJETO BORBOLETA

Com a promulgação da Lei Maria da Penha, o COMAG do TJRS publicou a resolução N° 562/2006, dispondo sobre a competência e procedimentos dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Foi através da Resolução N° 663/2008 do COMAG que foi criado o 1º Juizado da Violência Doméstica da Capital, ou seja, o primeiro Juizado Especializado para tratar exclusivamente de processos com base na Lei Maria da Penha.

No Estado do Rio Grande do Sul (RS), somente nove Comarcas contam com Juizados Especializados em Violência Doméstica, que são as cidades de Porto Alegre, Canoas, Santa Maria, Rio Grande, Novo Hamburgo e Pelotas. As demais Comarcas atendem as demandas nas Varas Criminais ou Varas Judiciais. Importante destacar, é por força de Lei, aprovada na Assembléia Legislativa e autorizada pelo representante do Poder Executivo, que o Poder Judiciário pode implementar a instalação de novos Juizados, eis o princípio Constitucional do Estado democrático de direito, constituído pelos três poderes independentes e harmônicos entre si.(BRASIL, 1988).

O CNJ elaborou o Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, necessidade que surgiu em decorrência da realização da 4ª Edição da Jornada da Lei Maria da Penha, realizada em 15 de março de 2010, onde:

A redação do Manual de Estruturação e Rotinas dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher também vem ao encontro das metas de nivelamento do 3º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em 26 de fevereiro de 2010, dentre as quais se destaca a de número 5: “Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau

Do lançamento da lei até a estruturação dos juizados, observa-se a necessidade de qualificação e estabelecimento de metas e rotinas para o atendimento. Assim, em 2011, nasce o Projeto Borboleta no 1º JVDFM de Porto Alegre, que consiste em um conjunto de atividades transdisciplinares voltadas desde o acolhimento das vítimas, até o planejamento interno de forma a adaptar e construir

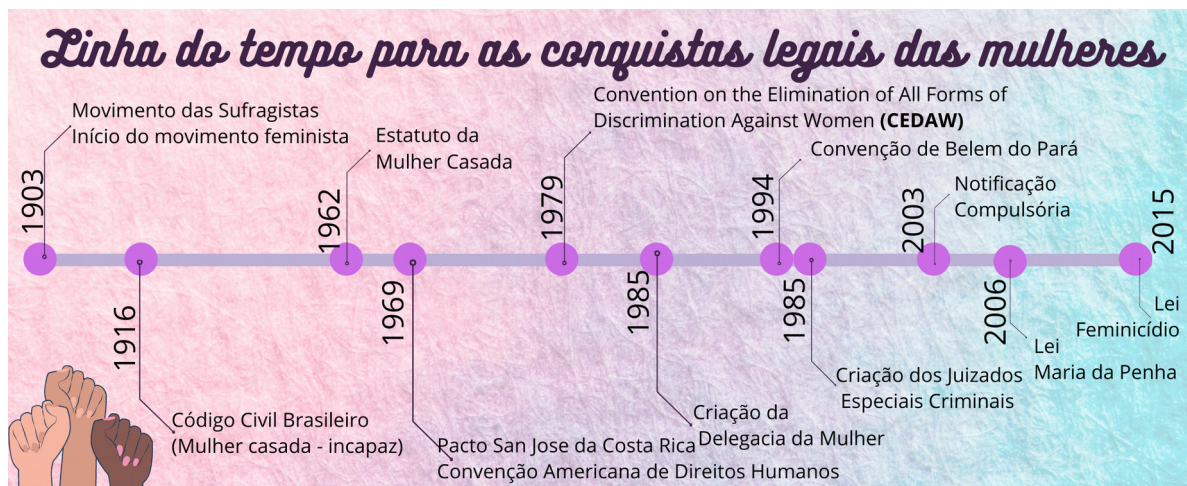
uma Justiça acolhedora a todos os envolvidos.

Do olhar de acolhimento e preocupação com a restauração da mulher vítima de violência doméstica, nasce o Grupo de Acolhimento, o qual realiza reuniões todas às terças-feiras à tarde, na sala Multidisciplinar de Acolhimento, localizada no terceiro andar do Foro Central - Prédio 1. Os encontros são destinados ao acolhimento e fortalecimento e reestruturação das mulheres, onde vários assuntos voltados ao universo feminino, indo desde saúde da mulher até cursos profissionalizantes e oficinas. As atividades são realizadas pela equipe técnica do Juizado e conta com parcerias de profissionais voluntários e estagiários do Serviço Social e Psicologia.

Enquanto aguardam a chamada para audiência, há a sala de Espera com acolhimento humanizado, onde estagiários de psicologia ficam à disposição para realizar uma breve escuta antes de ingressarem na sala de audiência. Esta sala conta com um espaço para que as crianças possam brincar, uma espécie de brinquedoteca composta por livros infantis e brinquedos doados pelos colaboradores, e também há estagiários para acompanhamento de atividades lúdicas e as mães possam participar da audiência com maior tranquilidade pois seus filhos estão sendo cuidados. Também há a realização de psicoterapia breve, sendo realizados até 20 encontros destinados às mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes.

A seguir, apresentamos a linha temporal contendo as leis e convenções voltadas para o combate à discriminação e violência contra a mulher: (Figura 5).

Figura 5: Linha Temporal da promulgação de Leis e Convenções de proteção à mulher



Fonte: Santos (2020)

6 METODOLOGIA DO ESTUDO

No campo das Ciências Sociais Aplicadas, mais precisamente a Ciência da Informação, o estudo a seguir apresentado se caracteriza como uma pesquisa de natureza básica, o qual consiste em observar a importância da mediação de leitura, por meio de história oral como instrumento de transmissão cultural trazidos pelas mulheres vítimas de violência doméstica que frequentam o Grupo de Acolhimento do Projeto Borboleta do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Alegre.

A pesquisa será qualitativa, com finalidade de trabalhar com a subjetividade de cada participante, desenvolve-se no ambiente natural, proporcionando uma fonte direta para a obtenção de dados, os quais serão descritivos de forma a reproduzir a perspectiva dos participantes frente à leitura. Eis a grande vantagem da pesquisa qualitativa aplicada às ciências sociais: dá voz aos participantes, procura reproduzir com fidedignidade suas manifestações.

Trata-se de um Estudo de Caso, pautando nas observações dos encontros e tendo a pesquisadora participado das reuniões de acolhimento ao longo de dois anos. Portanto, trata-se de uma pesquisa participante, e segundo Godoy (1995, p. 27):

Na observação participante, o observador deixa de ser o espectador do fato que está estudando. Nesse caso, ele se coloca na posição dos outros elementos envolvidos no fenômeno em questão. Este tipo de observação é recomendado especialmente para estudos de grupos e comunidades.

Assim será realizado estudo de caso a partir de três momentos distintos em que a pesquisadora realizou atividades de mediação da leitura e contação de histórias para o grupo de mulheres vítimas de violência doméstica, sendo descritas as atividades realizadas, o contexto e efeitos surgem ao término das intervenções, ou seja, serão descritos os principais fatos e sentimentos manifestados.

Dentre os métodos científicos abordados por Lakatos e Marconi (2003), optamos pelo método monográfico, utilizado por Le Play, ao observar operários na Europa, bem como é uma metodologia específica das Ciências Sociais a qual “consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições,

grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.108). A principal característica do Grupo de acolhimento é que ele reúne mulheres diversas, com diferentes contextos de vida mas que se aproximam pela vivência com a situação de violência doméstica, portanto serão trazidos alguns fragmentos de seus relatos frente a situação de violência que emergem no momento em que o grupo debate sobre as histórias apresentadas/representadas. Por buscar abranger o conjunto de atividades realizadas no momento dos encontros, a principal vantagem do método monográfico é o respeito a “totalidade solidária” do grupo, pois todas as participantes se inserem no mesmo contexto.

O grupo de Acolhimento é bastante heterogêneo, onde as vítimas sofreram os mais diversos tipos de violência, e não é objeto deste estudo relacionar quais os tipos e graus de agressões foram sofridas. Suas idades, escolaridade serão identificadas somente em casos específicos, haja vista a grande dificuldade que muitas apresentam em falar para o grande grupo considerando a extrema vulnerabilidade e o trauma muitas vezes recém-sofrido. Referente à ética na pesquisa, as identidades serão mantidas em anonimato. Importante destacar que a partir da Declaração de Helsinque, o conceito de bioética é inaugurado, e para pesquisas que envolvam seres humanos e vulneráveis há que se ter constante preocupação para que não haja qualquer tipo de prejuízo à sua condição física mental e psíquica, mais um motivo a validar a observação participante para a obtenção direta dos dados descritivos, partindo-se contato direto do pesquisador com a situação estudada, enquadrando-se aqui a observação assistemática, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 192):

A técnica da observação não estruturada ou assistemática, também denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados.

Anexamos ao final desta monografia, as matérias veiculadas no Informativo do Tribunal de Justiça referentes às intervenções realizadas, conforme correspondência eletrônica trocada entre a pesquisadora e a Unidade de Imprensa do TJRS. Não são apresentadas imagens das mulheres de forma a permitir o seu

reconhecimento em virtude dos processos estarem ativos, bem como para preservar sua segurança, uma vez que muitas alegam serem perseguidas pelos parceiros em virtude da representação da denúncia. Trataremos as vítimas como Borboleta A, Borboleta B, e assim sucessivamente.

7 CONTEXTO DO ESTUDO

Foi no ano de 2017, a partir do convite da jornalista da Unidade de Imprensa do TJRS, Fabiana de Carvalho Fernandes, que a pesquisadora conheceu o Grupo de Acolhimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Central da Comarca de Porto Alegre.

Sob a jurisdição da Juíza de Direito Madgéli Frantz Machado, em uma tarde de novembro de 2017, a última edição anual do Justiça pela Paz em Casa, programa originalmente idealizado no ano de 2015 pelo CNJ em parceria com os tribunais estaduais, tem como diretrizes ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha e dar mais celeridade aos processos relacionados à violência de gênero. Nos meses de março, agosto e setembro, todos os tribunais estaduais mobilizam-se para a promoção de ações interdisciplinares com o objetivo de sensibilizar a sociedade, bem como dar visibilidade na pauta violência contra a mulher.

Naquela tarde, o SAMBAJUS, grupo formado por colegas de diferentes setores que gostam de samba e tocam em eventos de confraternização na ASJ, fora convidado para tocar na sala de acolhimento. A sala consiste um local destinado à receber mulheres vítimas de violência doméstica que possuem processo no 1º Juizado. Neste espaço, as mulheres podem aguardar a chamada para audiência realizando atividades lúdicas, participando de rodas de conversa e oficinas de arteterapia.

A disposição do mobiliário da sala consiste em cadeiras dispostas no formato circular, contendo equipamentos multimídia, como tela para projeção, computadores com acesso à Internet e impressora. Nos dias dos encontros, há sempre uma mesa disponibilizando água, café, chá e biscoitos (geralmente doados pelos profissionais atuantes). Os encontros são conduzidos pela Coordenadora do Projeto Borboleta, Psicóloga Ivete Machado Vargas, tendo estudantes da psicologia e as voluntárias para apoio.

Palestrantes das mais diversas áreas são convidados. Desde profissionais da saúde mental, até ativistas de grandes movimentos sociais, segmento de combate à AIDS, profissionais da saúde dos principais hospitais da cidade, sustentabilidade, professores do SENAC-RS. Estudantes das principais universidades também podem participar, devendo realizar agendamento prévio.

Buscamos no hospital a saúde, na Justiça, a solução de conflito. Uma mulher que sofre violência doméstica, busca mais do que a solução de conflito, busca o fim da dor causado pelas relações abusivas, que deveriam ser de afeto unicamente. Nenhuma mulher está incólume a realidade da violência de gênero, até pelo fato da construção social e cultural que legitima poder ao homem. De maneira muito sutil reafirmamos os conceitos de estereótipos de gênero, e muitas vezes sem perceber, vivemos relações abusivas que só vamos nos dar conta no momento de ruptura.

A partir do momento que passamos a frequentar o grupo fomos percebendo que muitas relações que vivenciamos culminaram com um término por vezes traumático, sofrido, onde muitos homens chamaram de louca, desqualificaram nossa posição social ou discriminaram por ser mãe. Passamos também a perceber que muitas amigas envolvidas em relações afetivas instáveis, seja pela baixa autoestima ou insegurança, acabam inúmeras vezes nos afastando do seu convívio, criticando o modo de vestir, a cor do cabelo quando descolorido, sutilmente julgando nossa imagem como a de uma mulher volúvel. Por ser mãe sozinha, inúmeras vezes fomos questionadas por que permanecia solteira, e não nos permitia um novo relacionamento.

Socialmente a mulher parece valer menos sem um homem ao lado. É classificada pelo modo de se vestir. Somente através de uma nova perspectiva, onde valores relativos ao consumo, pois acabamos nos tornando um produto onde nossa vestimenta desempenha um papel de rótulo, e ainda associar caráter à vestimenta ou rendimentos líquidos, vai na contramão ao desenvolvimento de uma sociedade igualitária. Diante desse engendramento de aspectos culturais torna-se um desafio mediar a leitura de forma a transformar esses valores estabelecidos e legitimados, buscando promover o empoderamento feminino.

Importante destacar que integra a equipe multidisciplinar uma arteterapeuta, voluntária. A partir da perspectiva de Young, a arte permite sublimar as pulsões, então, o trabalho de arteterapia, também de natureza catártica, tem a função de trabalhar com os sentimentos das vítimas, isto é suas subjetividades, de forma a expurgar os sentimentos ruins e facilitar a organização psíquica pós-trauma, permitindo reafirmar a dignidade da mulher que sofreu violência doméstica. (REIS, 2012). Assim, a leitura, arteterapia e psicologia atuam juntas, de forma sinérgica e compositiva.

De iniciativa das mulheres, foi criado um grupo no Whatsapp, que foi batizado

como “Mulheres que amam muito”, e ali há trocas diárias de informação, onde tanto a Magistrada quando a Coordenadora fazem parte são incansáveis no compartilhamento de informação atualizada, bem como estão sempre atentas às questões referentes a prazos de medidas protetivas ou a qualquer pedido de ajuda que qualquer mulher venha a manifestar.

8 SUJEITOS DA PESQUISA

Defino como diverso o universo relativo ao perfil das mulheres atendidas pelo 1º JVDFM. A faixa etária situa-se no intervalo de 18 anos até 80 anos. O nível de escolaridade fica entre Ensino Fundamental Incompleto até Superior Completo com a realização de Especialização. Todas as classes sociais estão presentes. Referente à abrangência, frequentam mulheres de todos os bairros da cidade, bem como muitas acabam convidando alguém de sua relação pessoal, uma vez que sua presença no Foro deve-se ao procedimento de audiência preliminar, e como irão encontrar seus ex-companheiros e estão muito sensibilizadas pelo quadro de violência sofrido, temem o reencontro.

Muitas também estão com seus filhos. Há um espaço destinado às crianças, as quais ficam sob os cuidados de um estagiário da Equipe Multidisciplinar. Frente aos tipos de violência e graus de agressão configuram-se todos os tipificados na Lei Maria da Penha. Há mulheres que sofreram violência em virtude da relação parental, e não somente oriundas das relações afetivas. Grande parte relata que faziam sexo forçado ou por obrigação por medo de sofrerem agressões físicas ainda maiores. Muitas sofreram tentativa de feminicídio, sendo que há uma que aguarda a realização do Júri.

A presença para todas não é dada de forma assídua. Muitas participam do primeiro encontro, que é motivado pela audiência, e nunca mais retornam. Outras participam há mais de três anos. A mais antiga, relata que faz um diário das reuniões, pois ela aprendeu muito nesses anos que participa do grupo, e que tem muita vontade de fazer um livro das borboletas, de todas a que passaram ali e foram transformadas.

9 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados se realiza na forma descritiva conforme a realização das intervenções artísticas-culturais, sendo relatadas juntamente com a descrição dos eventos as principais manifestações observadas. Como foram trabalhadas histórias na forma oral, utilizando a dramatização como incremento, serão apresentadas as imagens das personagens e as percepções no momento da execução da performance, bem como a transcrição da história que foi produzida coletivamente de forma a recontar a fábula da Chapeuzinho Vermelho, agora, uma mulher empoderada e que participa do Grupo de Acolhimento e se transformou em uma Borboleta, então Chapeuzinho Lilás. Fazemos também um relato da performance do Mito da Medusa e a construção do navio e a última exposição presencial navegando em águas profundas.

9.1 CHAPEUZINHO VERMELHO EM DOIS TEMPOS

Um encontro no elevador, um e-mail enviado a Coordenadora Técnica do Projeto Borboleta, manifestando meu interesse em colaborar com as atividades culturais realizadas pelo Juizado da Violência Doméstica para inicializarmos as tratativas. Por se tratar de um ambiente de acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica, trazer um pouco do poder dos livros, contar uma história que permitisse conjecturar um novo recomeço de vida, independente de um companheiro, conscientizando de que toda a mulher tem capacidade intelectual e força dentro de si para realizar e seguir a caminhada, era o meu ponto de partida.

Com o retorno aos bancos acadêmicos, aprendi na disciplina Leitura, Biblioteconomia e Inclusão, primeira disciplina cursada, que o acesso ao livro e a leitura não deve estar restrito somente às quatro paredes que cercam o acervo da Biblioteca, que para cada leitor há um livro. Discutindo livros infantis com a ministrante da disciplina, descobrimos que os contos de fadas nem sempre terminam com finais felizes e originalmente contemplam uma escrita sombria, tradicionalmente eram utilizados para a educação de meninas, que não frequentavam escolas ou Universidades.

Como proposta inicial, sugerimos o conto da Chapeuzinho Vermelho, escrito

por Perrault, em 1695, conhecido como a fábula do estupro ou fábula da Misanthropia. Combinamos que no dia, usaria adereços para uma melhor representação da história, onde eu seria apresentada como a Chapeuzinho e contaria a verdadeira história que tinha ocorrido comigo: não teria sido salva pelo caçador, que sequer existiu na história original. Na versão de Perrault, ele utiliza o recurso de apresentar uma moral da história ao término do conto.

Passamos então ao relato:

O encontro tem início pontualmente às 14h no dia 13 de março de 2018. Eu atravesso a Aureliano fantasiada, correndo para não me atrasar, afinal, sou lotada no Tribunal de Justiça. Entro na sala multiuso fantasiada e olhares curiosos se voltam a mim. A disponibilização dos lugares é circular. A dinâmica do grupo se baseia nas técnicas da Kay Pranis, utilizadas na Justiça Restaurativa, onde circula o objeto da palavra e na primeira rodada todas são convidadas a se apresentarem e a falar um pouco de si para que eu, que sou convidada as conheça. Muitas encerram sua apresentação após dizer o seu nome. Outras já trazem no discurso a violência sofrida. Sou apresentada como Chapeuzinho e que estou ali para contar a minha verdadeira história.

Começo a imersão na fábula, afirmando que eu acreditava que ali todas já conheciam a minha história, que fui salva por um caçador, mas não era verdade, o lobo me devorou e devorou minha linda vovó. Mas esse devorar era algo muito simbólico, na verdade fui usada sem o consentimento, e que como as meninas da minha época não podiam frequentar a escola, espaço exclusivo de meninos, o escritor tentou moralizar e regrar o comportamento das mulheres.

Com o livro na mão, levanto da cadeira e começo a contar minha verdadeira história, que na verdade era uma grande tragédia e começo a leitura, introjetado as características da personagem e procuro reproduzir o teria visto a menina em seu trajeto passando pela mata até chegar à casa da vovó. Destaco que existe uma moral da história e que pelo passar dos anos foi esquecida, mas que iria então contar para elas, e recito o que Perrault escreveu:

Vemos aqui que as meninas,
E sobretudo as mocinhas
Lindas, elegantes e finas,
Não devem a qualquer um escutar.
E se o fazem, não é surpresa
Que do lobo virem jantar.
Falo “do” lobo, pois nem todos eles

São de fato equiparáveis
 Alguns são até muito amáveis,
 Serenos, sem fel nem irritação.
 Esses doces lobos, com toda a educação,
 Acompanham as jovens senhoritas
 Pelos becos afora e além do portão
 Mas ai! Esses lobos gentis e prestimosos,
 São, entre todos, os mais perigosos (TATAR, 2013, p. 391)

Com o término, a Coordenadora conduz o debate, passando de mão em mão o objeto da palavra, e pergunta o que cada uma pensa a respeito da história verdadeira da Chapeuzinho e o que pode ser compreendido através da moral da história. Elas associam o lobo aos seus agressores, que elas também foram devoradas, e que estavam ali para resolver a situação, que tudo estava muito difícil.

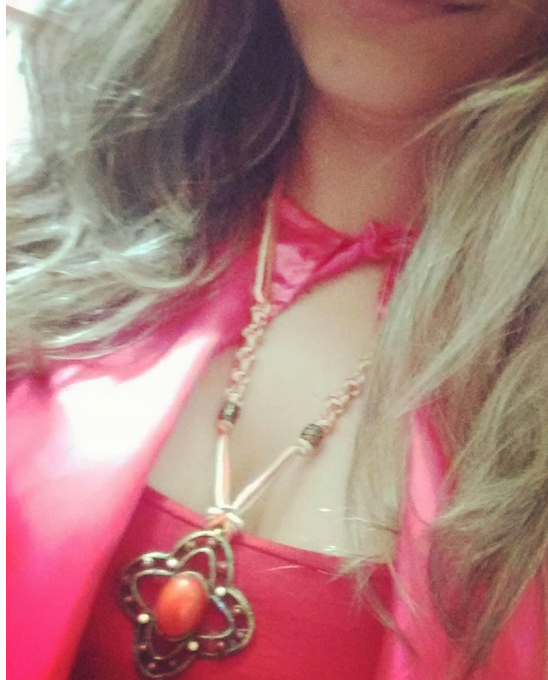
Muitas afirmam que se tivessem ouvido a moral, jamais teriam acreditado nos lobos que a vida apresenta, e que depois da violência que sofreram, precisavam estar atentas para não acreditarem nas promessas e seduções que “os lobos” gostam de oferecer. Observo que há um grande sentimento de culpa, que se deixaram levar pelas promessas que ouviram dos ex-parceiros.

Começam a surgir relatos das agressões sofridas. Uma conta que estava ali por ter sofrido agressão do irmão que era alcoólatra, que a agredia pelo simples fato dela ser solteira e ainda morar junto à família. Outra, mãe de uma criança de aproximadamente cinco anos, conta que é o segundo parceiro que a agride, e que por não suportar mais ser “saco de pancada de homem” e devido aos escândalos que o parceiro fazia, os vizinhos chamaram a polícia e então ela apresentou a queixa pois já estava cansada e até sua filha, fruto da união anterior estava sendo agredida. Após a primeira rodada para debate da história que culminou nos relatos pessoais sobre os episódios de violência, observamos que outras mulheres vão chegando ao grupo. São as que saem da audiência, e já frequentam a atividade de acolhimento. A coordenadora pede para contar novamente a história para as que chegaram mais tarde. E a dinâmica vai se repetindo, novos relatos vão surgindo.

Na despedida, uma senhora de aproximadamente oitenta anos, estende um colar como agradecimento pela história contada, para que assim a Chapeuzinho ficasse ainda mais bela e voltasse para contar mais histórias. (Figura 6). Perguntamos para uma estagiária o contexto de vida que a fez ingressar ao Grupo, pois chama a atenção a técnica vocal, bem como ela compartilha que em sua juventude era uma grande cantora. Em virtude de herança de família, a irmã havia a

agredido.

Figura 6 – Colar que a Chapeuzinho ganhou como gesto de agradecimento



Fonte: Santos (2019)

Em setembro de 2019, levamos novamente ao grupo o conto da Chapeuzinho Vermelho. Agora, temos um grupo formado por novas participantes. Nesta tarde, a Coordenadora do Grupo não permanece o tempo todo no grupo, ficando a condução das atividades sob nossa responsabilidade, da estagiária de psicologia e da arteterapeuta. Como já temos muita sinergia de trabalho, dividimos o encontro em dois momentos: o primeiro com uma rodada para escuta e fala das mulheres sobre como estão se sentindo na tarde chuvosa e fria de setembro. Em seguida, conversamos sobre a origem dos contos de fadas, e a importância de conhecermos as versões originais de algumas histórias que compõem o nosso imaginário desde a mais tenra idade, e sobre como elas foram alteradas ao longo dos tempos.

Vamos ao nosso relato:

Coloco a capa vermelha e pergunto ao grupo qual o final da história, Chapeuzinho se salva? Não há consenso. Para algumas um caçador salva a netinha, mata o lobo e salva a vovó, para outras a menina consegue fugir e pedir socorro. Então exponho ao grupo a versão que era contada em tabernas, ou seja, o conto erótico de título A história da avó, autoria anônima constante no Apêndice da

coletânea de Tatar (2013, p.385):

Era uma vez uma mulher que tinha feito pão. Ela disse à filha: “Leve este pão quentinho e esta garrafa de leite à casa da sua vovó.”

A menina partiu. Na encruzilhada encontrou um lobo, que perguntou: “Para onde está indo?”

“Estou levando um pão quentinho e uma garrafa de leite para a casa da vovó.”

“Que caminho vai pegar,” perguntou o lobo, “o caminho das folhas de pinheiro ou o caminho das pedras?”

A menina se divertiu catando folhas de pinheiro. Nesse meio-tempo, o lobo chegou à casa da vovó, matou-a, pôs um pouco da carne dela na despensa e uma garrafa com sangue na prateleira. A menina chegou lá e bateu à porta.

“Empurre a porta”, disse o lobo. “Está presa com uma palha molhada.”

“Olá vovó. Estou trazendo um pão e uma garrafa de leite.”

“Ponha na despensa, minha filha. E traga um pouco da carne que há lá com a garrafa de vinho que está na prateleira.”

Havia um gatinho na sala que a espiou comer e disse: “Eca! É preciso ser uma porca para comer a carne e beber o sangue da vovó.”

“Tire a roupa, minha filha”, disse o lobo, e venha para a cama comigo”.

“Onde eu deveria pôr o meu avental?”

“Jogue-o no fogo, minha filha. Não vai precisar mais dele.”

Quando ela perguntou ao lobo onde pôr todas as suas outras coisas, seu corpete, seu vestido, sua anágua e suas meias, a casa vez ele respondeu: “Jogue os no fogo, minha filha. Não vai precisar mais deles.”

“Oh, vovó, como você está peluda!”

“É para melhor me aquecer, minha filha!”

“Oh, vovó, que unhas grandes você tem!”

“É para melhor me coçar, minha filha!”

“Oh, vovó, que ombros grandes você tem!”

“É para melhor carregar lenha, minha filha!”

“Oh, vovó, que orelhas grandes você tem!”

“É para escutar você melhor, minha filha!”

“Oh, vovó, que narinas grandes você tem!”

“É para melhor cheirar meu rapé, minha filha!”

“Oh, vovó, que boca grande você tem!”

“É para comer você melhor, minha filha!”

“Oh, vovó, estou muito apertada. Deixe-me ir lá fora!”

“Faça na cama, minha filha.”

“Não vovó, quero ir lá fora.”

“Está bem, mas não demore.”

O lobo amarrou na perna da menina um cordel feito de lã e deixou-a ir lá fora.

Quando saiu, a menina amarrou a ponta do cordel a uma ameixeira no quintal. O lobo ficou impaciente e disse: “O que está fazendo aí fora? O que está fazendo?”

Percebendo que não havia resposta, ele pulou da cama e descobriu que a menina escapara. Segui-a, mas só chegou à sua casa quando ela já estava lá dentro.

Após ler para o grupo, devidamente caracterizada com o capuchinho vermelho, trazemos alguns elementos citados por Tatar (2013), de que se trata de uma história que surgiu na França, no final do século XIX, que fora contada tanto pelos Irmãos Grimm quanto Charles Perrault, com perspectivas bastante diferentes, pois o irmãos introduzem a figura de um homem salvador, enquanto Perrault é moralista. Essa abordagem é diferente, enquanto vamos trazendo elementos da análise literária testados por Tatar (2013), o grupo vai interagindo. A Borboleta A, aproximadamente 40 anos, comenta de como somos presas fáceis, e como os homens conseguem nos deixar cegas quando somos seduzidas. A Borboleta B, ao lembrar do que viveu, de como era submissa ao marido. A Borboleta C, comenta que as mulheres precisam se manter espertas, tal como a menina, afinal ela conseguiu fugir, e que ali no grupo todas podemos aprender umas com as outras, e até histórias que contam quando somos crianças são distorcidas e sempre colocam as mulheres com subservientes aos desejos dos homens. O debate começa a trazer elementos do feminismo, de que as mulheres não deveriam se sujeitar e se prestar à produção de materiais eróticos.

Com o objetivo de trazer a perspectiva histórica acerca da personagem Chapeuzinho Vermelho, e no processo de recontar a fábula novos contextos foram dando uma tônica diferente ao conto, perguntamos ao grupo como seria a Chapeuzinho de hoje, caso frequentasse o grupo com elas. Como o Capuz Vermelho não faz parte do conto original, fora introduzido por Charles Perrault e segundo análises realizadas por psicanalistas (TATAR, 2013, p. 349) como forma de representar sedução e consentimento ao pecado segundo alguns psicanalistas, convidamos para que se organizem e produzam coletivamente como seria o conto se fosse recontado por elas, depois que conheceram o grupo e o Projeto Borboleta.

Como há o Projeto Borboleta Lilás⁵, que trata na atribuição de fluxo especial de processos referentes à crimes de feminicídio, seja tentado ou consumado, nos Juizados da Violência Doméstica e respectivas Varas do Júri, os quais recebem etiquetas na cor lilás para maior destaque objetivando-se uma tramitação diferenciada e com maior celeridade, propomos que mudem a cor do chapeuzinho de vermelha para lilás.

Deixamos o grupo sob a condução da estagiária e da arteterapeuta para acompanharem o processo de escrita colaborativa, onde a personagem agora é a Chapeuzinho Lilás, pois precisamos nos afastar e não participamos da construção. No dia seguinte, a estagiária que ficou até o encerramento das atividades, encaminhou o texto digitalizado que fora produzido, onde ela auxiliou a escrita. Ela relata que foi uma tarefa bem difícil, pois o processo era continuamente interrompido pelas mulheres que acabavam se afastando da escrita pelas lembranças da situação de violência sofrida. A seguir, a íntegra do texto:

Chapeuzinho Lilás tinha 50 anos, um casal de filhos, o mais velho um menino - agora já um homem casado fruto de seu primeiro casamento - e uma menina adolescente fruto do segundo relacionamento que ela teve em toda sua vida mas que já estava separada a 10 anos.

Chapeuzinho tinha um emprego de gerente em uma loja de móveis que trabalhava desde que seu filho mais novo era pequenininho. No começo ela era apenas uma vendedora da loja mas com o tempo seu trabalho foi sendo reconhecida, até

5 Integra na página da CEVID-RS. Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/>

que o gerente se aposentou e a dona da loja decidiu promover chapeuzinho.

Chapeuzinho gostava muito de seu trabalho, mesmo o salário não sendo lá essas coisas ela sempre foi uma mulher muito independente e quando as coisas apertavam sempre dava seu jeito para que nada faltasse para ela e seus filhos. Um dia, quando chapeuzinho estava a caminho do trabalho, ela esbarrou em um homem alto, forte, com os olhos ferozes e um sorriso cheio de dentes. O homem muito elegante, pomposo, com presença, apresentou se como Ferdinando, advogado também separado, filhos já criados.

Apesar de gostar muito de sua independência e de a vida já ter lhe ensinado que a vida estava longe dos contos de fada que lhe encantavam quando criança, nossa protagonista às vezes se pegava pensando como seria sua vida se tivesse alguém e no fundo ainda se imaginava ficando velhinha ao lado de um companheiro amoroso. Ela e Ferdinando então logo caíram de amores um pelo outro. No começo, chapeuzinho não podia negar, estava encantada. Seu namorado era muito atencioso, sedutor, prometia viagens - e até que eles realizaram algumas, mas Ferdinando era um homem muito ocupado - passeios, apresentou-a aos amigos como SUA MULHER. Ele estava sempre lá pronto para cuidar de sua amada. O tempo passou e todo esse cuidado só fazia crescer, crescer e crescer, tanto que às vezes Chapeuzinho sentia-se pequenininha nos enormes braços de Ferdinando. O mesmo então a pediu que parasse de trabalhar - Lilás que gostava tanto de seu trabalho então questionou-o:

- Mas para que parar de trabalhar, meu querido?

- Para que eu possa cuidar melhor, minha esposa...

Mesmo relutante, ela acatou o pedido de seu companheiro, e agora ficava em casa em tempo integral. Com o tempo os pedidos de Ferdinando foram aumentando:

- Mas para que te ligar toda vez que sair de casa, Querido?

- *Para que eu possa proteger-te melhor, meu bem?*
- *Ah... está bem? Mas para que queres meus cartões?*
- *Para que você se preocupe menos minha querida, deixe que eu administre as despesas da casa e você só se preocupe com nossa família.*
- *Mas e seu eu precisar de dinheiro?*
- *Não se preocupe, quando você precisar eu lhe darei o dinheiro em mãos, mas nada há de faltar dentro de casa meu bem então pouco vais precisar me pedir.*
- *Mas Ferdinando, por que não quer mais que eu saia de casa? Não era só e ligar e estava tudo bem?*
- *É para te proteger melhor, meu bem! Este mundo está muito inseguro!*
- *Mas nem a vizinha você quer que eu converse?*
- *É para preservar sua imagem meu bem, você sabe o que dizem desse vizinha não é mesmo?*

O aumento dos pedidos de Ferdinando, fizeram que com o passar do tempo nem questionasse mais o que seu amado solicitava, afinal era tudo em nome de sua proteção e de sua família, que era tudo o que Chapeuzinho Lilás tinha.

A mesma, às vezes, sentia falta de seu trabalho, de ter seu dinheirinho sem ter que pedir para Ferdinando, mas quando perdia-se naquelas lembranças de sua vida antigamente, mal conseguia reconhecer a mulher que as protagonizam. Logo varria-as logo de volta para o fundo de sua mente e tentava ser grata pelo marido tão cuidadoso que tinha ganhado no lugar delas. Um dia, cansada de ficar em casa, Lilás resolve fazer uma visita ao marido em seu trabalho. Nossa querida personagem então prepara o prato preferido de Ferdinando e leva para que os dois possam almoçar juntos admirando a vista de seu escritório. Chegando lá, o coração de Chapeuzinho quase sai pela boca quando ela encontra Ferdinando com sua colega de trabalho.

Então, a verdadeira Chapeuzinho Lilás que nem essa mulher que agora encontrava-se ali, com seu mundo desabando sabia que ainda habitava dentro de si emerge das profundezas e decide dar um fim a todos esses anos de isolamento.

- Mas quem você pensa que é?!!! Todo este tempo eu vivendo apenas para você! Nem minha família eu podia ter contato, pra que?!! Para que você nem se quer respeitasse a família que dizia fazer de tudo para proteger? CHEGA!!

Ferdinando no começo tentou negar:

- “Não é isso que você está pensando... Eu te amo! Você é a única mulher legítima que eu tenho!”. Mas não tinha jeito, Lilás estava decidida e seu conto de fadas, seu príncipe encantado todos estavam desfeitos.

Foi então que ela viu pela última vez os olhos ferozes de Ferdinando, sua boca grande e cheia de dentes, quando o mesmo percebendo que não tinha mais volta disse:

- Quem você acha que eu sou? Quem você acha que VOCÊ é? eu pago todas as suas contas, da sua filha, você não é nada sem mim!

Atordoada com o que acabara de ouvir, Chapeuzinho Lilás deixou o escritório do homem que a poucos minutos jurava conhecer. Mesmo sob a ameaça das palavras dele ainda inebriando sua mente, ela estava decidida pela separação. Exigia de volta o respeito e a dignidade que tinha aberto mão tempos atrás em troca de uma fantasia que só existia em dentro de sua casa.

Foi então que no caminho de volta para casa, Lilás foi abordada por uma mulher trajando uma camiseta estampada com uma borboleta Lilás, essa entregou-lhe um folder onde estava escrito: “Grupo de Mulheres: você não está sozinha, vamos acabar com esse ciclo juntas.” Ela ficou então com isso na cabeça. Voltou para casa, pegou suas coisas e mudou-se com sua filha para o apartamentinho que viveu por muitos anos e orgulha-se de ter conquistado com o esforço de seu trabalho.

Mesmo curiosa, ela ainda não sabia se iria ou não nesse tal grupo que não saía de cabeça, afinal Chapeuzinho não se via como uma dessas mulheres. Até que um dia em um rompante de coragem ela decidiu visitar o tal grupo, e lá se surpreendeu com o quão parecida as histórias daquelas mulheres eram com as suas. Com o passar do tempo sua família dos sonhos, foi se transformando em um grupo de mulheres que se apoiavam e se protegiam umas às outras. E os grandes braços de Ferdinando que antes, ele achava que a protegiam, foram dando lugar a grandes asas que a permitiam voar distâncias inimagináveis.

9.2 A CONTADORA DE HISTÓRIAS SE TRANSFORMA EM MEDUSA

Muitas trazem reflexões que as mulheres de gerações anteriores aguentavam tudo em silêncio, e que hoje, com tanto acesso à informação, é horrível sentir-se abandonado pela própria família. Nos encontros, muitas trazem em seu discurso o sentimento de abandono pela família, sendo julgadas pela escolha realizada.

A partir desses relatos, surge o desafio de trabalharmos com mitos. A própria psicanálise utiliza muito os arquétipos dos Deuses da Mitologia para entendermos e explicar o comportamento humano. Assim, a Arteterapeuta propõe a realização de um trabalho em conjunto: contar a história da Medusa, onde deveríamos ser a personagem para então ela realizar o trabalho arteterapêutico que consistia em cada uma fazer uma máscara que as representasse enquanto Medusa, onde nasceu o título da exposição: Dando voz à Medusa interna, sendo exposta na Segunda Edição do Justiça Pela Paz em Casa, em agosto de 2019.

Nunca havíamos trazido ao grupo histórias contendo Deuses, uma vez que algumas mulheres manifestam sua opção religiosa como evangélicas, inclusive trazendo ao grupo leituras bíblicas. Contudo, uma característica bastante marcante a ser destacada é a diversidade religiosa presente: temos evangélicas, católicas, protestantes, matrizes africanas, espíritas e em nenhum momento houve embate ou enfrentamento de cunho religioso, a democracia e liberdade de expressão é um imperativo e sempre é firmado pela Coordenadora. A finalidade maior é que todas se ajudem e se fortaleçam, que exercitem a escuta.

Evidente que nosso trabalho só é seguido após aceite da Coordenadora, onde nunca realizamos uma atividade ou projeto sem o seu conhecimento. Com a aprovação, a arteterapeuta solicita que eu realize a performance sem utilizar qualquer tipo de suporte. Como não tínhamos conhecimento em profundidade acerca do Mito da Medusa, buscamos informações para compor o contexto histórico, sendo utilizadas as seguintes fontes:

<https://www.hipercultura.com/historia-da-medusa-mitologia-grega/>

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/verdadeira-historia-da-medusa-grecia.phtml>

<https://socientifica.com.br/vila-injusticada-conheca-a-verdadeira-historia-da-medusa/>

<https://www.hypeness.com.br/2019/06/medusa-foi-uma-vitima-de-violencia-sexual-mas-a-historia-a-transformou-em-monstro/>

Em uma folha, realizamos um rascunho com os principais personagens envolvidos, onde compartilhamos com a arteterapeuta as informações obtidas, passando a preparar mentalmente a fala da personagem.

A arteterapeuta destaca que é necessário dar ênfase à violação da pura e casta Medusa no templo de Atena, lugar que representava seu lar e ela deveria estar em segurança, bem como devemos chamar atenção para a inveja despertada entre as outras sacerdotisas em virtude da reconhecida beleza da Medusa, sendo castigada e transformada em uma criatura horrível. Todo o simbólico referente ao mito seria abordado com o grupo após a performance, para finalmente ser realizada a sessão de arteterapia.

Além da pesquisa e contextualização do Mito, a composição da maquiagem e do figurino também configura uma importante etapa no processo. Nas palavras da arteterapeuta a Medusa tinha que ficar “feia”.

Imperiosa a necessidade de produzir uma maquiagem que causasse desconforto visual, lembrando uma pele com escamas. A seguir, apresenta-se algumas imagens do processo feitas pela arteterapeuta:

Figura 7 – Preparação da personagem

Fonte: Arteterapeuta (2019)

A atividade é realizada na sala reservada à vítima, por ser ampla e ter uma grande mesa. Estão presentes não somente as mulheres que participam do Grupo de Acolhimento, bem como advogados e partes. A produção da personagem aconteceu em uma sala ao lado, enquanto a arteterapeuta ia recepcionando e preparando a mesa para a realização da atividade de arteterapia. Uma das estagiárias vem nos buscar após a acolhida inicial. Os registros da Figura 8, ilustram a performance realizada. Como não costumamos seguir roteiro, e nem decorar falas, apresentamo-nos e contamos a história da seguinte maneira:

Boa tarde Senhora e Senhores, gostaria de lhes contar um pouco da minha história. Sou filha de duas divindades marinhas, Fórcis e Ceto. Nascermos trigêmeas, minha irmã Esteno, era conhecida como a forte, Euríale era a que corre com o mundo, e eu Medusa, a única que nasceu humana, e

por isso meus pais me entregaram ao Templo de Atena, para que me tornasse uma sacerdotisa. Desde pequena sou diferente, era tratada como diferente. Lembro que as pessoas comentam que eu era uma criança muito bonita, o que causava uma certa inveja entre as outras sacerdotisas no templo. Na minha adolescência até os homens ficavam encantados com a minha beleza. Até que um dia, percebi que Poseidon, o grande senhor dos mares, me observava de um jeito diferente. Sei que Atena, minha referência como mãe, afinal me criou desde pequena, tinha algum sentimento por ele. Até que um dia, por entre as colunas de mármore do templo comecei a me sentir sufocada, pois aquela divindade não tirava os olhos de mim, e como uma presa, indefesa à flecha certa do caçador, percebo que ele vem em minha direção, e ali no chão ele toma a pureza, e como um animal ferido, sem ter para onde fugir, sou dominada e tenho minha castidade roubada. Quando Atena fica sabendo do que se sucedera, não me dá a chance sequer de explicar o que de fato ocorreu, furiosa, expulsa-me do Templo, o lugar onde cresci, e ainda me amaldiçoa, como se eu tivesse provocado a situação e seduzido Poseidon. Meu cabelo que era lindo, brilhante quando o sol nele incidia, se transformou nessas horrorosas serpentes. Minha pele craquelou e fiquei com este aspecto peçonhento, sequer consigo olhar-me no espelho, condenando-me à solidão e isolamento. Mesmo sendo transformada nessa criatura horrenda, homens vinham até a minha caverna para ver como fiquei, uma atração de circo! O interessante é que ao olharem em meus olhos se transformavam em estátuas de pedra. Em pouco tempo se espalha pelo reinado a maldição de Medusa. O rei Polidetes de Sérifo, que queria forçosamente desposar a mãe de Perseu, ordena a missão ao jovem guerreiro que traga minha cabeça em uma bandeja de presente que assim deixaria a mãe em paz. No que Atena descobre, auxilia Perseu na caçada. Hermes empresta as sandálias aladas, e Hades o

elmo da invisibilidade, uma espada e um escudo espelhado. Vindo a meu encontro, Perseu sabe que deve ser rápido e certo, e pelo reflexo do seu escudo, com um golpe certo, arranca minha cabeça. Naquele momento em que estou indo ao chão, dou a luz a meus dois filhos: o gigante dourado Crisaor, e Pégaso, o cavalo alado. Assim, condenada pela minha beleza, crime que não cometi, sequer tive o direito de sentir meus filhos nos braços.

Encerramos o texto com a voz embargada. A história, também acaba nos mobilizando. Observamos que várias estão chorando. Nesse momento, a arteterapeuta inicializa os trabalhos, e como algumas estão para chegar, saímos da sala para realizar um segundo momento. Passado algum tempo, a estagiária vem buscar-me para repetir o processo. Vamos ao relato:

Figura 8 – Medusa se dirigindo ao público da Sala Reservada à vítima



Fonte: Arteterapeuta

Assim que entro na sala, uma das Borboletas começa a chorar copiosamente no momento que retiro o capuz que escondia o adorno com as víboras. Nesse momento, os estagiários da psicologia prontamente atendem a Borboleta M., e saio da sala. Aguardo um tempo até que um deles vem ao meu encontro na sala ao lado, e ele traz o recado da arteterapeuta para que eu troque a roupa e venha ao encontro delas.

Ao entrar na sala, sem maquiagem e a fantasia, a Borboleta M. Olha para mim e fala: que coisa mais feia tu tava. Peço desculpas pela feiúra. Neste momento, conversamos sobre sentimentos, todas estão pintando as máscaras para representar sua Medusa. Ao final do processo, todas são convidadas a falar o que elas percebem na sua produção. Lembro claramente do relato da Borboleta M., que falou ao grupo que quando viu aquelas coisas verdes na cabeça, se lembrava de

uma experiência traumática que vivenciara quando tinha 13 anos. Havia sido violentada em um matagal, e as coisas verdes lembravam o mato. Nesse momento os estudantes de psicologia estão acompanhando os relatos. Como haviam atendido a Borboleta M, ela segue: “agora eu sei por que eu me apavorei quando vi aquela coisa horrível na tua cabeça, tava tudo guardado aqui nas minhas caixinhas, e agora saiu tudo”. Ao falar em caixinhas, ela aponta no peito, na região do coração, como se referisse ao sentimento de dor que estava guardado dentro dela. A psicóloga coordenadora, ao final das atividades, a chama para uma entrevista.

Depois que todas vão embora, fazemos uma rápida reunião entre Coordenação, arteterapeuta e estagiários para falarmos sobre o fato ocorrido: catarse de purgação. O histórico de violência doméstica na vida da Borboleta M já é conhecido, mais membros da família sofreram violência. Como em três semanas a exposição estaria montada e novamente faria a mesma performance para o público externo, por conta da Semana da Justiça pela Paz em casa, perguntamos se manteríamos a atividade. A Coordenadora afirma que sim, e que percebeu que também ficamos mobilizadas com a situação, e que deveríamos entender como algo normal e bem vindo, pois faz parte do processo psicoterápico a liberação dos sentimentos angustiantes. A imagem a seguir, foi obtida no dia do evento público.

Figura 9 – Exposição Dando voz à Medusa Interna



Fonte: Imprensa – TJRS

Assim que acabamos o momento de contar o Mito da Medusa, a Borboleta M. pede à Magistrada para falar um pouco sobre o trabalho realizado. Para um público externo de mais de 60 pessoas, ela relata: *“Aqui eu tenho aprendido muito, cada dia aprendo mais um pouco. Mato um leão por dia e não vou desistir. Quando eu vi essa aí entrar assim, feia, na sala, me assustei, mas depois de falar com o pessoal aqui, eu entendi que eu tinha muita coisa guardada na minha caixinha, e agora eu botei para fora, me aliviei. Todas nós aqui passamos por alguma coisa ruim, mas não podemos desistir. Agora eu não tenho mais medo dela assim feia. Graças a Doutora aqui, tudo está se arrumando, as coisas estão melhorando.”*

Já a Borboleta M2, recém-chegada ao grupo, fala da necessidade de que as pessoas tenham que ouvir a voz da mulher que sofre violência. Destaca que tem horror ao entrar no coletivo e ver os cartazes das campanhas com mulheres roxas,

que agressão física dói, mas sara. O pior é viver sob a dominação, viver com medo de ser assassinada, viver tendo que esconder da família as marcas.

A foto do grupo, a qual não podemos compartilhar, pois as identidades precisam ser mantidas em sigilo, a Medusa e a Borboleta M. estamos de mãos dadas. A performance foi repetida novamente no curso de atualização dos servidores que atuam nas Comarcas com a Lei Maria da Penha a pedido da Magistrada. Este trabalho, que foi alinhado desde o primeiro momento com a arteterapia, embora tenha sido bastante impactante, rendeu aos nossos assentamentos funcionais Voto de Louvor pela excelência no serviço voluntário prestado ao 1º JVDFM. Segundo manifestação da Exma. Juíza de Direito Titular, ela expressa sobre o trabalho:

Seu trabalho é criativo e, acima de tudo, desenvolvido com sensibilidade e empatia. Através da arte de contação de histórias tem sido fundamental para o restabelecimento da auto-estima do grupo, para a transformação da vida de muitas mulheres e, em consequência, para construir um mundo sem violência, com paz e harmonia.

9.3 MARINHEIRAS NAVEGANDO EM ÁGUAS PROFUNDAS

O ano de 2019 é encerrado com a frase da Borboleta L, sobre todas estarem num mesmo barco, e nesse barco a psicóloga Coordenadora é a nossa capitã. A sala de acolhimento é o barco que vai resgatando todas que estão com seu pequeno barquinho perdido na correnteza da violência, e assim já nasce a exposição para o primeiro Justiça pela Paz em Casa do ano de 2020: Navegando em Águas Profundas.

O significado dessa Exposição foi tão grande, que merece o relato:

Na última viagem ao Rio de Janeiro, realizada em janeiro de 2020, conheci um Oficial de Máquinas da Marinha Mercante. Em uma conversa informal pedi que me esclarecesse sobre o funcionamento de uma embarcação, cargos e papéis da tripulação, pois meu conhecimento se resumia apenas aos desenhos e filmes infantis. Ao explicar sobre meu trabalho voluntário como contadora de histórias no 1º JVDFM da Capital gaúcha, ele indica que busque informações sobre a 1ª Capitã brasileira de longo curso, Comandante Hiledene Lobato Bahia⁶.

O último grande encontro do grupo foi realizado no dia 10 de março de 2020,

6 Matéria disponível no portal G1

vindo a seguir a Pandemia de COVID-19 e a suspensão das atividades presenciais. Como o tema foi trazido por uma borboleta, a arteterapeuta guiou toda a produção artística. Participamos da sessão de arteterapia, onde fomos convidadas a representar como nos víamos no grupo:

Antes de falar sobre como me vejo, compartilho a história da Comandante Hildelene, primeira mulher a navegar em uma embarcação de 183 metros, a maior do ramo de transporte de petróleo, para então fazer minhas considerações sobre meu papel no grupo, de contadora de histórias, e histórias de mulheres que se empoderaram tiveram coragem e conquistaram seu lugar no mundo, tal como Hildelene, elas também podem.

Muitas trazem em seus relatos que o grupo está resgatando da correnteza, estão sendo salvas. Outras, que frequentam há mais tempo, afirmam que estão ali para estender a mão e auxiliar no resgate, que já aprenderam muito ali, manifestam gratidão à Coordenadora e demais membros da Equipe Multidisciplinar. Ao final da atividade em grupo, definimos como faremos a abertura da Exposição. Ficou combinado de apresentar um texto para declamar aos presentes, com a personagem de marinheira. Foi sugerido, que no dia, todas cantemos a cantiga popular “Marinheiro Só”, e que elas façam um pequeno barquinho de papel para usar no cabelo. Este barquinho deve receber um nome, e no caso, foi sugerido que escrevam uma palavra que represente um desejo, um sentimento.

No dia em que é aberta a Semana pela Justiça da Paz em Casa, momento em que recebemos a sociedade no terceiro andar do Prédio 1 do Foro Central, fazemos uma rápida concentração na Sala Reservada à vítima para passarmos os detalhes finais da nossa intervenção artística. É a primeira vez que todas elas participam da *performance*. Combinamos de encerrar com a declamação da letra de Pedro Albrunhosa, “Quem me Leva os Meus Fantasmas”, interpretada por Maria Bethânia, elas viriam todas para frente da exposição e cantaríamos juntas a cantiga. Como forma a contextualizar o texto ao grupo, mudamos duas palavras na letra original pelas palavras sublinhadas, e realizamos a seguinte declamação:

De que serve ter um mapa, se o fim está traçado?
 De que serve a terra vista se o barco está parado?
 De que serve ter a chave se a porta está aberta?
 Pra que servem as palavras se a casa está deserta?

Aquele era o tempo
 Em que as mãos se fechavam
 E nas noites brilhantes as palavras voavam
 E eu via que o céu me nascia dos dedos
 E a Ursa Maior eram ferros acesos
Marinheiras perdidas em portos distantes
 Em lares escondidas
 Em sonhos gigantes
 A cidade vazia
 Da cor do asfalto
 E alguém me pedia que cantasse mais alto
 Quem me leva os meus fantasmas?
 Quem me salva desta espada?
 Quem me diz onde é a estrada?
 Aquele era o tempo
 Em que as sombras se abriam
 Em que homens negavam
 O que as mulheres erguiam
 E eu bebia da vida em goles pequenos
 Tropeçava no riso, abraçava de menos
 De costas voltadas não se vê o futuro
 Nem o rumo da bala
 Nem a falha no muro
 E alguém me gritava
 Com voz de profeta
 Que o caminho se faz
 Entre o alvo e a seta
 Quem leva os meus fantasmas?
 Quem me salva desta espada?
 Quem me diz onde é a estrada?
 Quem leva os meus fantasmas?
 Quem leva os meus fantasmas?
 Quem me salva desta espada?
 E me diz onde é a estrada.

Ao acabar a declamação, chamamos as componentes da nossa nau para ajudarem com a cantiga popular e, aos poucos, elas vão se distribuindo ao redor da exposição. As magistradas que estão presentes cantam conosco e todos começam a bater palmas no ritmo da cantiga. Ao final, observamos que várias mulheres estão abraçadas chorando copiosamente. São aquelas que pudemos acompanhar em seus relatos que estão sofrendo muita retaliação por parte dos seus ex-companheiros.

A imprensa do TJRS, presente, realizou a cobertura do Evento, e segundo matéria publicada no Informativo:

A atividade, aberta ao público, representou os estágios que as mulheres vítimas de violência passam, desde o início das agressões, que seriam quando estão se afogando, até conseguirem ser

resgatadas pelo barco, que seria a rede de apoio e atendimento, e, finalmente, chegarem à terra firme. Este seria o momento em que a vítima já se sente forte para seguir a vida.

A seguir, as fotos do ensaio com as mulheres e a foto com a arteterapeuta e a psicóloga Coordenadora (Figuras 10 e 11

Figuras 10 e 11 – Exposição Navegando em águas profundas



Fonte: Estagiárias de Psicologia (2020)

A imagem a esquerda é registrada momentos antes da Magistrada abrir o Evento. Na sala, enquanto fazíamos as combinações finais, uma das Borboletas repete que é preciso que a voz delas saiam das paredes do Foro e cheguem a toda sociedade para que a justiça seja feita, e que todos passem a conviver harmoniosamente. Ela destaca que por terem uma estudante de Biblioteconomia no grupo, que o próximo passo deveria ser escrever um livro sobre nossas tardes de terça-feira para que todos saibam que mulheres que sofreram violência não são loucas ou desequilibradas, que não são responsáveis pela agressão sofrida, e que juntas podem aprender umas com as outras de forma a se fortalecerem e seguir apoiando umas às outras. À direita, o registro realizado por uma estagiária da Equipe Multidisciplinar onde está a contadora de histórias, vestida de preto a arteterapeuta e em branco à direita temos a Coordenadora Técnica do Projeto Borboleta, a qual todas nós mulheres temos muito a agradecer pelo seu amor e dedicação na condução das atividades.

10 RESULTADOS

O objetivo principal do presente estudo era observar a mediação da leitura com mulheres vítimas de violência doméstica que frequentam a Sala de Acolhimento do Projeto Borboleta do 1º Juizado da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Alegre

Os objetivos específicos originais consistiam em verificar quais as leituras praticadas pelas mulheres em situação de violência, como elas ressignificam e a forma como elas compartilham entre si a experiência leitora. Com a explosão da Pandemia, parte da pesquisa restou um tanto prejudicada, pois estava prevista a realização de uma entrevista semiestruturada para obtenção de dados visando o desenvolvimento de projetos de leitura.

Contudo, nesses dois anos em que frequentamos o grupo, muitas leituras além do livro, foram realizadas, e tiveram um grande impacto inclusive na sua própria concepção sobre a violência contra a mulher. Somos seres sociais e muito do que somos aprendemos com a coletividade, principal meio transmissor de cultura.

A integração da arteterapia, Biblioteconomia e Psicologia evidenciam a importância do trabalho interdisciplinar, bem como não podemos prescindir do profissional terapeuta para a realização de leituras de maior impacto emocional. Muitas mulheres manifestaram interesse em voltar a estudar quando observaram no grupo outras que estão procurando educação, são unânimes em reconhecer a importância da leitura, embora algumas manifestaram dificuldade em ler em virtude do quadro ansiedade, onde uma relatou em um encontro: “adoro ler romance, mas enquanto eu não resolver esse problema, não consigo ir adiante no livro, me perco, não tenho atenção, e que bom que temos uma bibliotecária aqui para contar histórias”. Uma, sempre que me encontrava nos corredores perguntava: “que história tu vai nos contar hoje, adoro quando tu traz histórias novas, como é bom.”

Concluimos por fim que a oralidade, embora remonte aos primórdios da humanidade, ainda é um instrumento efetivo para a transmissão cultural, portanto, o bibliotecário que atua com mediação de leitura precisa estar em constante aperfeiçoamento buscando sempre elevar sua erudição. Promover a leitura em ambientes de crise é um grande desafio, prescinde empatia, escuta, afeto.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um problema pandêmico e não apenas de saúde pública: cultural. Da história da humanidade percebemos que a leitura primordialmente serviu aos homens, com objetivos de exercício absoluto de seu poder, a ser expressado pela supremacia econômica. A própria história é escrita por homens para registrar os feitos de grandes homens. No próprio fazer Biblioteconômico, a estereotipização da bibliotecária velha, rabugenta, assexuada, míope e reprimida (GROGAN, 2001, p.12), já destaca duas características referentes à sexualidade feminina, e portanto, já desqualificamos a presença feminina e atribuímos à biblioteca o conceito de lugar onde se guardam livros velhos tão chatos quanto a guardiã. Evidente que já temos bibliotecas inovadoras, mesmo com um cenário de nenhum investimento por parte dos governos para qualificação de pessoal, melhoria de infraestrutura ou aquisição de acervo, contemplando programações culturais diversificadas como saraus, feiras, eventos e oficinas.

A biblioteca é um espaço com grande potencial para receber uma mulher que sofreu violência doméstica. E a pergunta que fica é: será que os bibliotecários do serviço de referência estão preparados para lidar com esse contexto? Dificilmente essa mulher manifestará sua situação, por vergonha, medo, mas poderá buscar nesse espaço um momento para que se encontre consigo, ou busque em algum livro uma esperança de recomeço de vida, e por isso é extremamente necessário não apenas dominar a técnica de classificação e catalogação, ou executar os oito passos do serviço de referência, é necessário ter o olhar empático. É preciso entender os ciclos da violência, é necessário identificar os sinais que a mulher pode manifestar no balcão de atendimento. E não só, pelo simples fato de sermos mulheres, podemos viver a violência.

Tanto Petit (2010) quando Adichie (2017) afirmam que as crianças aprendem a ler ao ver seus familiares lendo. Entretanto, num país de enorme desigualdade como o Brasil, onde muitos sequer tem o dinheiro para o pão, ficará este papel para o educador em sala de aula, e o Bibliotecário nas escolas em que tivermos a Biblioteca aberta. Para educarmos meninas leitoras e empoderadas, precisamos que elas tenham gosto pela leitura, e sua vida escolar não se resume apenas a leituras paradidáticas obrigatórias. Embora Ordini (2017, p.133) preveja que a lógica empresarial, preocupada com rendimentos e lucros, coloca em perigo também as

bibliotecas, e ainda, os clássicos estejam com o seu “desaparecimento programado” uma vez que os estudantes para encurtar caminhos e ganhar tempo buscam o que ele chama de “florilégios” do mercado editorial.

Uma leitura de maior complexidade sempre perderá espaço para a navegação pelos mares da internet. Não é de hoje que se atribui à leitura o “perder tempo”, ainda sim, como mediadores da informação, principalmente nos meios digitais, temos nosso compromisso como o acesso confiável e democrático à informação.

Evidente que dentro da lógica capitalista, e num cenário que ter é mais importante do que ser, marca indelével da sociedade do consumo, dedicar tempo aos clássicos é para muitos sinônimo de chatice, afinal da memória escolar emerge a leitura obrigatória. Nada que fazemos por obrigação é prazeroso. Por isso, é fundamental que discussões sobre a leitura, um maior aprofundamento são condições que podem transformar esse cenário catastrófico de uma sociedade que não lê. Talvez seja uma boa oportunidade para se pensar o currículo do Curso de Biblioteconomia, o qual contém hoje somente uma disciplina obrigatória no primeiro semestre que trata da leitura. Dentro da perspectiva utilitarista, destaco mais uma vez Ordini (2016, p.12):

No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia. uma faca mais que um poema, uma chave mais que um quadro: por que é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte.

Embora nosso juramento traga o cunho humanista de nossa profissão, somente uma disciplina nos aproxima do papel social que temos a desempenhar. Será um objetivo maior que práticas leitoras não sejam desenvolvidas como forma de dominação e exercício de poder, tal como observamos ao longo da história? Inquietações sempre causam desconforto, mas nos ajudam seguir em diante: precisamos ser atuantes pelos livros e leitura. Assim, sejam em meios físicos ou digitais, cumpre ao bibliotecário incentivar práticas leitoras, ainda que não se tenha um método ideal.

Reconhecer que não existe uma prática ideal e desejável de leitura, e que tanto no nível de sociedade como no dos indivíduos coexistem múltiplas práticas de leitura: diferentes maneiras de ler e diferentes propósitos para a leitura. (CASTRILLÓN, 2011, p.92).

E ainda, é preciso também estimular a escrita, pois só assim é que de fato nos apropriamos dos saberes. Ora, um exemplo bastante concreto é o momento em que o estudante tem que escrever um artigo ou até mesmo um trabalho de conclusão. As máximas que quem lê escreve bem não se aplicam, e por um motivo bastante prático: não se praticou a escrita. Vários apresentam dificuldade, inclusive, estou inserida neste conjunto. Castrillón (2011) afirma que a leitura sem a escrita, permite parcialmente o domínio da cultura letrada. Para Petit (2010, p.41):

É verdade que quando estamos pouco à vontade no uso da palavra escrita, fica muito mais difícil conquistar uma voz no espaço público. Sob esse aspecto, a contribuição da leitura e da escrita para uma atitude reflexiva e crítica, para uma capacidade de elaboração e de argumentação e, a partir daí, para uma cidadania ativa.

Dispositivos legais instituem a Política Nacional do Livro, Política Nacional de Leitura e Escrita, regulamentados nas Lei nº 13.696/2018 e Lei nº 10.753/2003. Ambos instrumentos reconhecem que o livro, a leitura e a escrita são meios de difusão da cultura, transmissão de conhecimento, transformação social, melhoria da qualidade de vida, permitindo o exercício pleno da cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa. Eu complemento com a construção de uma sociedade em que homens e mulheres se respeitam, e se percebem como iguais, uma sociedade livre da violência

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para Educar Crianças Feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 94 p.

ALMEIDA, Wilson Castello de. Além da Catarse, além da Integração, a Catarse de Integração. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 97-106, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 dez. 2019.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 5. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 207 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 nov. 2019

BRASIL. Decreto nº 4377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984.. **Decreto Nº 4.377, de 13 de Setembro de 2002**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 16 set. 2002. p. 4. Col. 3. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/404541/publicacao/15677254>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Cria Mecanismos Para Coibir A Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher, nos Termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Sobre A Eliminação de Todas As Formas de Discriminação Contra As Mulheres e da Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar A Violência Contra A Mulher; Dispõe Sobre A Criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher; Altera O Código de Processo Penal, O Código Penal e A Lei de Execução Penal; e Dá Outras Providências..** Brasília, 07 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui a Política Nacional do Livro**. Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Estabelece A Notificação Compulsória, no Território Nacional, do Caso de Violência Contra Mulher Que For Atendida em Serviços de Saúde Públicos Ou Privados**. Brasília, 24 nov.

2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13,696, de 12 de julho de 2018. **Institui A Política Nacional de Leitura e Escrita.**: Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF, 13 jul. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Convenção Belém do Pará (OEA)**, 1994. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/convencao_de_belem.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASÍLIA. Ipea. Ministério da Economia. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Livraria Ipea, 2020. 91 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 05 out. 2020.

CAMPOS, M. L.; ALMEIDA, G. H. M. D. Violência contra a Mulher: uma relação entre dimensões subjetivas e a produção de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 349-367, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v15i2.8645969. Acesso em: 04 dez. 2019.

CASTRILLÓN, Silvia. **O Direito de Ler e de Escrever**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CEDAW - CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Participação do Brasil na 29.^a Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher: CEDAW. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (Série Documentos). 2004. p. 105-120. Disponível em <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/2integra-publ-29-cedaw.pdf>. Acesso em 04 out. 2019.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção americana sobre direitos humanos. Disponível: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Conselho Nacional de Justiça. Secretaria de Comunicação Social (org.). **Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados da Violência Doméstica**. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/b3f18ac2f32a661bd02ca82c1afbe3bb.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Programas e Ações: Violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FERREIRA, L. C. S.; CORTES, G. R. Enfrentando a Violência contra as Mulheres por meio da Informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 2, p. 19-44, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71519>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 Out. 2020.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se complementam. 21. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

GROGAN, Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. 196 p.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 03.dez.2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 83.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **J. Hum. Growth Dev.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822016000200003&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 17 set. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazos Afonso de. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. Tradução Julia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2019. 208 p.

_____. **A arte de ler**: ou como resistir à adversidade. Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 304 p.

QUEM me leva os meus fantasmas. Intérprete: Maria Bethânia. Compositor: Pedro Machado Albrunhosa. In: Carta de Amor. Intérprete: Maria Bethânia. [S.l.] Biscoito Fino. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rgMWyJxIIJo>. Acesso em: 10 mar. 2020

ONU (org.). **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**: (cedaw). (CEDAW). 1979. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

ORDINI, Nuccio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 220 p. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5664>. Acesso em: 09 out. 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. 8. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017. 362 p.

Registro de agressão contra mulher equivale à vítimas de Covid. Entrevistada: Jaqueline Machado. Entrevistadora: Sandra Fontella. [S. l.]. Rádio CNJ. 20 out. 2020. Podcast. Disponível em: <https://www.radiocnj.com.br/incorporar.php?id=32434>. Acesso em 21 out. 2020

REIS, Alice Casanova dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 34, n. 1, p. 142-157, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 out. 2020.

SIQUELLI, Sônia Aparecida (org.). O que mudou para as pesquisas em Educação: possibilidades de parâmetros éticos de políticos. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; KARNOPP, Lodenir Becker (org.). **Ética e pesquisa em Educação: questões e proposições às ciências humanas e sociais**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2017. Cap. 5. p. 77-99.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TATAR, Maria (ed.). **Contos de Fadas**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 449 p.

TJRS. Resolução nº 562/2006-COMAG, de 11 de outubro de 2006. **Dispõe Sobre Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher. Lei Nº 11.340/06. Competência e Procedimentos**. Porto Alegre, RS, 11 out. 2006. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/noticia/noticia-legado-16220/>. Acesso em: 21 out. 2020.

TJRS. Resolução nº 663/2008-COMAG, de 23 de março de 2008. **Dispõe Sobre A Transformação da 1ª Vara de Delitos de Trânsito em Juizado de Violência Doméstica e Familiar, e Dá Outras Providências**. Porto Alegre, RS, 26 mar. 2008. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/noticia/noticia-legado-10583/>. Acesso em: 21 out. 2020.

TJRS. **Combate à violência doméstica contra a mulher**. Porto Alegre: TJRS, 2019. 39 p. Cartilha. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wp-content/uploads/sites/7/2020/05/Cartilha-Violencia-Domestica-TJRS.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

WALKER, Lenore E.A.. **The battered woman syndrome**. 3. ed. New York: Springer Publish Company, 2009. 488 p. Disponível em:

[http://yunus.hacettepe.edu.tr/~cin/Criticism%20of%20the%20Western%20Society%20&%20Civilization%20-%20Collection%205/Domestic%20Violence/Walker%20-%20The%20Battered%20Woman%20Syndrome%20\(2009\).pdf](http://yunus.hacettepe.edu.tr/~cin/Criticism%20of%20the%20Western%20Society%20&%20Civilization%20-%20Collection%205/Domestic%20Violence/Walker%20-%20The%20Battered%20Woman%20Syndrome%20(2009).pdf). Acesso em: 05 out. 2020.

ZILBERMAN, Regina. Recepção e Leitura no Horizonte da Literatura. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-97, jun. 2008 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2008000100006&Ing=en&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2019.

ANEXOS

Anexo 1 – Voto de Louvor



**1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
COMARCA DE PORTO ALEGRE**

PORTARIA Nº 18/2019

A Exma. Sra. Madgéli Frantz Machado, Juíza de Direito titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Alegre/RS, na oportunidade em que se realiza a XIV SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA , no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora Viviane Marques dos Santos, **VOTO DE LOUVOR** pelo trabalho de excelência que desenvolve no *Projeto Borboleta*, atuando como voluntária junto ao Grupo de Acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que acontece às terças-feiras à tarde, nas dependências desta unidade. Seu trabalho é criativo e, acima de tudo, desenvolvido com sensibilidade e empatia. Através da arte e da contação de histórias tem sido fundamental para o restabelecimento da auto-estima do grupo, para a transformação da vida de muitas mulheres e, em consequência, para construir um mundo sem violência, com paz e com harmonia.

Encaminhe-se à Direção do Foro para as anotações de estilo.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2019.

Madgéli Frantz Machado
Juíza de Direito

Anexo 2 – Autorização para utilização de Imagem da Imprensa - TJRS

20/10/2020

Re: Imagens das matérias do Informativo - Viviane Marques dos Santos

Re: Imagens das matérias do informativo

Adriana Freitas Arend

qui 10/09/2020 17:07

Para: Viviane Marques dos Santos <vms@tjrs.jus.br>;

Cc: Gioconda Fianco Pitt <GFPitt@tjrs.jus.br>;

Oi querida, basta citar a fonte.

Boa sorte e parabéns pelo teu trabalho!

Bjs!!!

Adriana Arend

Coordenadora Unidade de Imprensa
do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
(51) 9 9971 8327
(51) 3210 7676
imprensa@tjrs.jus.br

De: Viviane Marques dos Santos

Enviado: quinta-feira, 10 de setembro de 2020 11:43:47

Para: Adriana Freitas Arend

Cc: Gioconda Fianco Pitt

Assunto: Imagens das matérias do informativo

Prezada Adriana,

Bom dia.

Estou na fase de confecção do meu TCC na Biblioteconomia, onde meu tema versará sobre Mediação de Leitura e violência doméstica, onde tratarei sobre as intervenções que fiz como contadora de histórias nas atividades do Justiça pela Paz em casa e as tardes no Grupo de acolhimento e o papel da leitura. Como saíram várias matérias onde estou caracterizada, queria ver contigo como devo proceder para utilizá-las no meu trabalho, se tenho que preencher algum documento pedindo autorização, sei que tenho que dar créditos a imagem e citar a fonte conforme a ABNT. Assim que homologado o trabalho, ficará disponível no MOODLE-UFRGS, e a confecção do TCC é pré-requisito para obtenção de Grau em Bacharelado em Biblioteconomia, sendo que tenho até o dia 26/10 para protocolar junto à COMGRAD a versão final do documento.

Grata pela atenção,

Viviane Marques
Auxiliar Judiciária
CEMVDF-CGI/TJRS

Anexo 3 – Matéria do Informativo

Institucional

20/08/2019 - 16:07

Justiça pela Paz em Casa: Exposição e contação do mito da Medusa no Foro Central de Porto Alegre

Foi inaugurada hoje (20/8) a exposição *Dando Voz a Nossa Medusa Interna*. O trabalho é resultado de encontros de Arteterapia com mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que participam do *Projeto Borboleta*, em Porto Alegre. A iniciativa é idealizada pela Juíza de Direito Madgéli Frantz Machado, titular do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Alegre.

A mostra foi realizada com base na contação do mito da Medusa, que sofreu violência dentro de sua morada, o templo da Deusa Atena. Após, cada mulher buscou retratar, através da pintura, a sua Medusa interna. A seguir, compartilharam umas com as outras suas experiências, instigando a autopercepção de suas ações e de seus pensamentos e, conseqüentemente, motivando a melhora de sua autoestima, bem como o crescimento interno.



Juíza Madgéli (E) coordena a iniciativa, que propôs que mulheres retratassem, através da pintura, a sua Medusa interna
Créditos: Divulgação JPDF/POA



**Mito da Medusa, que sofreu violência dentro de sua morada,
foi contado pela servidora Viviane Marques**
Créditos: Divulgação JPDF/POA

O trabalho foi conduzido pela Arteterapeuta Glaci Borges de Assis, voluntária do *Projeto Borboleta*, em parceria com a contadora de histórias, a servidora do Tribunal de Justiça Viviane Marques dos Santos.